

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
VILEIDE SABRINA EUZÉBIO**

**O AGRESSOR FÍSICO REINCIDENTE DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES. UM ESTUDO SOBRE AS DENÚNCIAS ATENDIDAS
PELO PROGRAMA SENTINELA – FLORIANÓPOLIS/SC**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 03/05/06

**FLORIANÓPOLIS
2005**

VILEIDE SABRINA EUZÉBIO

**O AGRESSOR FÍSICO REINCIDENTE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.
UM ESTUDO SOBRE AS DENÚNCIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA
SENTINELA – FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof^a Dr^a Catarina Maria
Schmickler.

FLORIANÓPOLIS
2005

VILEIDE SABRINA EUZÉBIO

**O AGRESSOR FÍSICO REINCIDENTE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.
UM ESTUDO SOBRE AS DENÚNCIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA
SENTINELA – FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.



Professora Dra. Catarina Maria Schmickler
Orientadora



Assistente Social Waldirene Vieira Gomes
1ª Examinadora



Professora Dra. Claudia Voigt Espínola
2ª Examinadora

Dedico este trabalho aos meus amados
pais:

Vilson e Vânia.

Vocês me deram mais que a
vida...Deram-me exemplos de vida, que
seguirei por toda minha caminhada.

Obrigada por vocês existirem.

"É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar. É melhor tentar, ainda em vão, que sentar-se fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz, embora louco, que em conformidade viver."

Martin Luther King Jr.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, presença constante em todos os momentos de minha vida.

Aos meus amados pais Vilson e Vânia, pelo incentivo constante, o amor incondicional, a compreensão nos momentos difíceis, por sempre acreditarem na minha capacidade e por terem muito me ajudado nesta trajetória.

Às minhas irmãs Vivian e Vanisa pelo seu carinho e incentivo.

À supervisora de campo de estágio, Assistente Social Cleide Libardi Tiengo Pontes, pela sua amizade, dedicação, paciência, por ser uma pessoa especial e uma profissional excelente. Você teve participação imprescindível no meu processo de aprendizado.

À Assistente Social Luciana Pereira da Silva (coordenadora do Programa Sentinela na época em que realizei meu estágio curricular) e a atual coordenadora do Programa Sentinela Cristiane Antunes Espíndola Zapelini, pela oportunidade me dada e por acreditarem em meu potencial.

À Janete e ao Marcos, que trabalham no arquivo do Programa Sentinela, estes que sempre me ajudaram quando precisei ter acessos aos dossiês utilizados para a realização deste trabalho.

À Assistente Social Odete Terezinha Zamboni, pelas experiências e pelos muitos momentos de aprendizado que me foram proporcionados.

À Assistente Social Lisiane Pahl, por ter sido a primeira pessoa que me “recepcionou” no Programa Sentinela, - neste momento ainda como estagiária do Programa -, e por ter me “emprestado” sua supervisora de campo.

À Assistente Social Lilian Keli Rech pelos valiosos momentos de aprendizado que me nortearam quando não sabia por “onde seguir” com o meu objeto de estudo e por ter colaborado muito para a elaboração deste trabalho. Suas orientações foram essenciais pra realização desta monografia.

A toda Equipe de Diagnóstico do Programa Sentinela e em especial as Assistentes Sociais Débora, Magaly, Fabiola, Joyce, Josiane e a estagiária Michele pelos momentos de trocas e descontração durante meu período de estágio.

À professora Dra. Catarina Maria Schmickler, pela orientação e sugestões durante a construção desse trabalho.

Aos profissionais que compuseram a banca examinadora deste trabalho: Assistente Social Waldirene Vieira Gomes e professora Dra. Cláudia Voigt Espínola, pelas contribuições fundamentais ao enriquecimento deste trabalho.

Às colegas de curso e grandes amigas Joana, Juçara, Ellen e Michele, pela amizade, companheirismo, noites em claro, troca de experiências, enfim pela ajuda em momentos difíceis.

Em especial à Joana, parceira presente do começo ao fim dessa caminhada.

Enfim, a todos os professores e colegas da Universidade Federal de Santa Catarina e aos funcionários e amigos do Programa Sentinela com quem convivi durante esta minha caminhada e que de alguma maneira contribuíram na minha formação.

EUZÉBIO, Vileide Sabrina. O agressor físico reincidente de crianças e adolescentes. Um estudo sobre as denúncias atendidas pelo Programa Sentinela – Florianópolis/SC. 2005. f. 98. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto o estudo do agressor físico reincidente de crianças e adolescentes. Pretendemos com este trabalho conhecer os aspectos sociais e relacionais do agressor físico reincidente de crianças e adolescentes, a fim de refletir sobre os motivos que levam à agressão física e à sua reincidência. Para alcançar os objetivos do estudo foi realizada uma pesquisa exploratória, de abordagem quali-quantitativa e como instrumento de coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental, a partir de denúncias registradas de violência física reincidente, no Programa Sentinela do município de Florianópolis, no ano de 2004. O universo da pesquisa se constituiu de 78 dossiês, dos quais foram escolhidos aleatoriamente 24 dossiês para estudo. Desta amostra foram selecionados ainda quatro casos, a partir de características comuns encontradas nos mesmos, os quais foram estudados mais profundamente. Como resultados dessa pesquisa, encontramos diversos fatores que podem ter contribuído para que o agressor reincidisse o ato violento: não se tem um conhecimento profundo sobre o agressor; o atendimento institucional não consegue, muitas vezes, esclarecer a violência a tempo de proteger a criança e paralisar a ação do agressor; os agressores são refratários ao atendimento, e continuam a morar com as crianças e vitimizand-as mesmo depois do atendimento da denúncia; as polirreincidências foram constantes, configurando-se como um alerta aos serviços de proteção; os agressores físicos fazem uso de outras violências além da física. Identificou-se a necessidade de uma compreensão ampla e profunda sobre o sujeito agressor por todos os profissionais envolvidos no atendimento dessa demanda. É importante a efetiva mobilização e integração de diferentes setores para a realização de um trabalho multidisciplinar competente, que contemple a prevenção, o atendimento especializado e o acompanhamento a longo prazo aos agressores, afim de evitar a reincidência das denúncias e, principalmente, a revitimização de crianças e adolescentes vítimas da violência física.

Palavras-Chave: violência física, agressor, reincidência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	16
1.1 CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	16
1.2 VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAFAMILIAR.....	23
1.2.1 Identificando a violência física.....	30
1.2.2 Conseqüências para as vítimas.....	32
1.3 INTERVENIENTES PSICOSSOCIAIS E CULTURAIS QUE AMBIENTAM A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	33
2 UM OLHAR SOBRE O AGRESSOR FÍSICO REINCIDENTE.....	44
2.1 PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	44
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA INICIAL DE DENÚNCIAS REINCIDENTES DE VIOLÊNCIA FÍSICA.....	45
2.3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE QUATRO DOSSIÊS COM DENÚNCIAS POLIRREINCIDENTES DE VIOLÊNCIA FÍSICA – AMOSTRA FINAL.....	54
2.3.1 Apresentação de quatro dossiê pesquisados.....	54
2.3.2 Discussão de quatro dossiês pesquisados.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	93
ANEXO 1	97

Listagem de tabelas

Tabela 1: Procedência do agressor

Tabela 2: Grau de parentesco entre agressor e vítima

Tabela 3: Faixa etária dos agressores

Tabela 4: Ocupação profissional do agressor

Listagem de quadros

Quadro 1: Quantitativo das reincidências da amostra

Quadro 2: Qualitativo das reincidências da amostra

Quadro 3: “Agressores Consorciados”

Quadro 4: Instrumentos utilizados pelos agressores; ocorrência de lesões nas vítimas; singularidades dos agressores; motivos alegados pelos agressores

APRESENTAÇÃO

A violência estrutural sempre esteve presente na sociedade brasileira, atingindo em maior escala os mais frágeis, ou seja, aqueles com menos poder, sendo que, crianças e adolescentes - segmento social comumente exposto à violência - estão incluídos nesse grupo e são vítimas privilegiadas de uma realidade social excludente. Estes sujeitos podem também se tornar vítimas dentro do seu próprio lar, no qual pais e responsáveis não conseguem desempenhar os seus papéis no sentido de proporcionar ao filho uma educação e uma proteção plena e de qualidade.

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, ao contrário do que se pode supor, não é um fato contemporâneo, mas um fenômeno bastante antigo nas relações entre sociedade e família. Este fenômeno é determinado por fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, demandando uma elucidação multicausal e uma abordagem sócio-histórica. (AZEVEDO, 1997). No entanto, um fator é comum a todas as formas de violência intrafamiliar: o abuso de poder do mais forte (o adulto) contra o mais fraco (a criança).

Ao contrário do que se pensa, as desigualdades sociais não são fatores determinantes da violência intrafamiliar, pois esta se encontra democraticamente dividida em todas as classes sociais. Porém, é na classe menos favorecida que as situações de violência são mais denunciadas aos órgãos de proteção.

Dentre as muitas formas de violência intrafamiliar contra a população infanto-juvenil destacaremos no presente trabalho a violência física, esta que é, culturalmente, adotada pela sociedade como método educativo e disciplinador.

A escolha desta temática se deu a partir da inquietação surgida no estágio curricular obrigatório realizado no Programa Sentinela¹, no período de março a

¹ O Programa Sentinela se respalda no artigo 227 da Constituição Federal e na lei que regulamenta este artigo: Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentre os quais destacamos o artigo 5º: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 2001, p. 12). O Programa Sentinela é um programa do Governo Federal, que foi implantado no ano de 2000 e que tem como objetivo atuar no combate à violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, sendo que cada município pode adequá-lo a sua realidade local. Quando da realização da pesquisa para este trabalho, o Programa Sentinela estava subdividido em quatro projetos: Central Telefônica de Atendimento SOS Criança 0800 643 1407, Equipe de Trabalho em Rede, Equipe de Diagnóstico e Equipe de Acompanhamento. Estes compreendem as três linhas de ação do programa: a prevenção, o

junho de 2005. Este que esta vinculado a Prefeitura Municipal de Florianópolis através da Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social.

Neste período observamos que alguns casos denunciados de violência física intrafamiliar, contra a infância e juventude, eram reincidentes, ou seja, as crianças e adolescentes violentados tornavam a sofrer a mesma violência perpetrada, na maioria das vezes, pelo mesmo agressor. Deste modo, num contexto de uma vida familiar permeada por contínuos de violência, nos interessou conhecer mais de perto o agressor, pois este, mesmo após participar das intervenções, receber medidas coercitivas ou submeter-se a medidas de proteção, permanecia cometendo violências.

Assim, reputamos importante a compreensão sobre o agressor físico, incursionando no seu *modus vivendis* familiar, pra que tenhamos o conhecimento dos motivos que levam o agressor a reincidir o ato violento. Para tanto traçamos como objetivo geral deste estudo conhecer aspectos sociais e relacionais do agressor físico reincidente de crianças adolescentes.

Neste sentido, optamos por realizar uma pesquisa exploratória, de abordagem quali-quantitativa e como instrumento de coleta de dados utilizamos a pesquisa documental. Os dados analisados foram colhidos de dossiês de casos de violência física reincidente registrados em arquivo do Programa Sentinela no ano de 2004. Estes dossiês contêm informações sobre o caso, bem como sobre a vítima, agressor e toda a família.

Como objetivos específicos procuramos quantificar o número de denúncias de violência física reincidente recebidas pelo Programa; caracterizar as denúncias pesquisadas e os familiares ou responsáveis que causaram a agressão física no que se refere a idade, o sexo, o grau de parentesco com a vítima; o grau de instrução, a ocupação profissional; a procedência e o tipo de organização familiar.

O presente trabalho foi dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo apresentamos uma breve discussão sobre a violência intrafamiliar contra crianças e

atendimento emergencial e o acompanhamento de famílias envolvidas em situação de violência contra crianças e adolescentes. O atendimento no Programa se dá por uma equipe multidisciplinar (profissionais de Serviço Social, Pedagogia, Psicologia e Direito). Vale informar que no período anterior ao programa Sentinela, o município contava com o Programa SOS Criança (1991 – 2000).

adolescentes, enfocando, dentro das diferentes modalidades de violência, a violência física perpetrada contra estes sujeitos.

No segundo capítulo, expomos a metodologia da pesquisa, e seus resultados, traçando um olhar sobre o agressor físico reincidente de crianças e adolescentes.

Ao final, apresentamos as considerações sobre o estudo realizado, o qual exprime a compreensão que se alcançou sobre o tema. Procuramos fomentar a discussão acerca da importância de políticas públicas no âmbito da prevenção e acompanhamento da temática da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, bem como da ação profissional competente, no que diz respeito ao atendimento especializado e o acompanhamento em longo prazo aos agressores.

1 VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1.1 CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No contexto social, no qual estamos inseridos neste início de milênio, a violência, agravada pela exclusão social – no seu contexto geral - apresenta-se cada vez mais como uma das grandes preocupações do cenário mundial.

A idéia de que a violência faz parte da natureza humana e tem raízes biológicas é contestada pela maioria dos estudiosos. Entre estes destacamos Minayo e Souza (1999) que afirmam que a violência é um fenômeno histórico construído socialmente, precisando ser compreendida por intermédio da observação das relações cotidianas associadas aos aspectos políticos, econômicos e culturais.

Segundo Velho (1996), as transformações ocorridas no Brasil, principalmente no âmbito econômico, e no que se refere ao aumento populacional das cidades, afetaram profundamente o sistema de valores éticos e morais, reforçando a impessoalidade, o individualismo e, conseqüentemente, diminuindo a reciprocidade nas relações.

A violência intrafamiliar – não obstante seu caráter interpessoal – está inserida neste processo de violência estrutural¹, sofrendo influência do mesmo. Assim é necessário compreender a noção ampla de violência, que pode ser entendida como a relação desigual de poder, com a finalidade de abusar, dominar ou oprimir alguém. (CHAUÍ, 1985, apud AZEVEDO, 2000).

Guerra (1985) infere que a violência pode ser compreendida como uma força material e ativa que causa prejuízo à vítima. A autora também ressalta que a violência pode ser vista como a imposição de poder persuasivo de um indivíduo sobre outro, evidenciando, assim, não o caráter de confrontação física e sim, a violência psicológica. Independente do uso de força física ou de algum tipo de coação psicológica para a manifestação do poder, sempre, na violência, um

¹ “[...] aquela que nasce no próprio sistema social, criando as desigualdades e suas conseqüências, como a fome, o desemprego, e todos os problemas sociais com que convive a classe trabalhadora”. (Minayo, 1990, p.290).

indivíduo é submetido pelo outro. A vítima é, assim, tratada como objeto, e não como sujeito.

Diante dessas definições entendemos que a violência traz implicitamente a noção de controle, na qual uma pessoa é submetida a outra, seja com o uso de força física ou com sujeição psicológica, numa demonstração de poder.

Normalmente encontramos expressões de poder do mais “forte” para com o mais “fraco” nas relações entre adultos e crianças nas famílias que apresentam situações de violência intrafamiliar.

Neste sentido, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) identifica a violência intrafamiliar como um tipo de comportamento violento e abusivo perpetrado por uma pessoa contra outra, com a qual tem uma relação de consangüinidade ou de afinidade. As vítimas da violência intrafamiliar podem ser mulheres, homens, idosos, crianças e adolescentes. Este tipo de violência, em particular pode ocorrer tanto dentro do lar como fora dele. Por outro lado, a violência doméstica “distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem a função parental, que convivam no espaço doméstico”. (BRASIL, 2001, p.15).

De acordo com Azevedo e Guerra (1995, p. 36), o conceito de violência doméstica é entendido por:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que - sendo capaz de causar danos físicos, sexuais e/ou psicológico à vítima - implica, de um lado, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que as crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos portadores de direitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento.

Deste modo entendemos que a violência pode ser definida como toda ação que causa dor, danos que podem redundar em conseqüências físicas e psicológicas à vítima, indo de encontro ao preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente, que procura proteger a infância e juventude contra qualquer tipo de violação de direitos².

Segundo Azevedo e Guerra (1989) inúmeros são os fatores que desencadeiam, facilitam e perpetuam a violência intrafamiliar contra crianças e

adolescentes. Há, no entanto, um fator comum a todas as situações: o abuso do poder do mais forte – o adulto – contra o mais fraco – a criança.

Deste modo, Azevedo e Guerra (2001) enfatizam a existência de uma relação adultocêntrica entre adultos e crianças, sendo que durante séculos crianças e adolescentes eram tratados e vistos como coisas, seres inferiores, objetos de tutela, de obediência e de submissão a adultos. Esta relação está pautada na história cultural da humanidade, que permite justificar a violência contra crianças e adolescentes como algo admissível, sendo que a naturalização do poder conferido aos adultos torna-os superiores e dotados de atitudes muitas vezes consideradas inquestionáveis.

A violência doméstica é uma violência intraclasses sociais, que permeia todas as classes, enquanto violência de natureza interpessoal. Enquanto violência subjetiva consiste numa transgressão do poder disciplinador do adulto; numa negação do valor liberdade; num processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança ou do adolescente (AZEVEDO; GUERRA, 1998).

Assim, podemos dizer que a violência contra crianças e adolescentes ocorre em todos os países e em todas as classes sociais. No entanto, a violência intrafamiliar, como as demais violências, tem características que a fazem peculiar. Estas peculiaridades não devem ser naturalizadas e generalizadas como justificativa para a ocorrência de violência ou para culpabilização dos segmentos mais empobrecidos da população (AZEVEDO E GUERRA, 1989).

Vale salientar que Áries (1981) discorre que a história da infância foi marcada por anos de aflição, violência e crueldade, sendo que crianças e adolescentes desde os anos remotos eram considerados “adultos em miniatura”, com deveres a serem cumpridos, porém sem direitos a serem contemplados. Entretanto, ainda hoje são encontrados pensamentos que se assemelham a estes, correlacionados ao contexto sócio-econômico-político-cultural em que crianças e adolescentes estão inseridos. A violência contra este segmento da população é um fenômeno presente na história da humanidade, ainda que só recentemente tenha se configurado como uma “violência” e uma violação de direitos.

O surgimento, no século XVII, do sentimento de infância e de família colaborou muito para a compreensão de que crianças e adolescentes são sujeitos em

² É importante destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe de seis artigos que versam especificamente sobre a violência cometida a população infanto-juvenil: artigo

estágio especial de desenvolvimento. Entretanto, é somente no final do século XX que encontramos leis e ações baseadas no entendimento de que crianças e adolescentes são seres em etapa peculiar de desenvolvimento e em razão disto, alvo de proteção integral.

Segundo Mendez (1994) foi com os movimentos de defesa de mulheres e de crianças e adolescentes que a violência doméstica foi trazida à tona. A luta pelos direitos das crianças e adolescentes, bem como o combate da violência contra este segmento foi despertada no Brasil, principalmente, a partir da década de 1980, sendo que seu apogeu foi à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) que entrou em vigor em 13 de julho de 1990, embasado na Doutrina das Nações Unidas para a proteção integral da Criança e do Adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil representa adequação substancial à doutrina da proteção integral chegando inclusive, a uma superação positiva de seus princípios básicos em muitos aspectos. Tal superação se refere, especificamente, tanto a inclusão minuciosa de garantias substanciais e processuais destinadas a assegurar os direitos consagrados, quanto à institucionalização da participação comunitária no controle da elaboração e execução das políticas públicas. (MENDEZ, 1994, p. 76)

Mendez (1994) ainda destaca que com o Estatuto da Criança e do Adolescente foram criados os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente em âmbito federal, estadual e municipal, bem como os Conselhos Tutelares. Tendo os Conselhos de Direitos a responsabilidade de traçar diretrizes das políticas públicas e os Conselhos Tutelares a finalidade de atender e zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.

No que se refere à violência intrafamiliar, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) ainda infere, com base em estatísticas, que o homem adulto comete com maior frequência abusos físicos e/ou sexuais contra mulheres e crianças, entretanto, a violência intrafamiliar contra crianças é também, muitas vezes, cometida pelas mães.

Portanto a família, além de transmitir hábitos, costumes, idéias, valores e padrões de comportamento, pode ser também um espaço onde se manifesta a violência. Segundo Azevedo e Guerra (1998) como a família pertence à esfera do

privado, quando há a violência doméstica há também o segredo, tão comum em famílias que praticam abusos. Da mesma forma pensa Saffioti (1997), que considera a família como um lugar de afeto, tornando vergonhoso para os familiares admitirem que um de seus membros pratica qualquer modalidade de violência, de modo que geralmente se forma em torno da violência praticada uma conspiração de silêncio, de segredo, ou seja, não se fala sobre o assunto.

O fenômeno da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é um fenômeno de difícil visibilidade, ou seja, a violência denunciada constitui o que é denominado a “ponta do iceberg”, ou uma cifra mínima que recebe atenção institucional em detrimento de uma grande parcela que permanece sendo vitimizada sem ser sancionada. O número de casos não notificados aos órgãos de proteção depende do “complô de silêncio” dos familiares, vizinhos, profissionais, parentes e até da própria vítima. A explicação para essa proporção desconhecida de casos está no fato de este tratar-se de um fenômeno quase sempre criminalizável, envolvendo medo, vergonha e culpa (AZEVEDO, GUERRA, 1995).

Diante da situação exposta, Azevedo (2005) afirma que é importante pesquisar também a prevalência³ dos casos para que se possa ter uma idéia aproximada da dimensão dos casos ocultos e não apenas a incidência⁴ de violência doméstica denunciada.

O assunto é tão grave que

[...] a Organização Mundial de Saúde (1999) considera que a incidência de maus tratos da criança é um problema de saúde pública mundial e apresenta a estimativa de 40 milhões de crianças no mundo são vítimas de alguma forma de abuso, necessitando de cuidados de saúde e intervenções sociais.(HUTZ, 2002, p.134).

Deste modo podemos dizer que a violência contra a população infanto-juvenil é algo que precisa ser visualizado com mais atenção e enfrentamento. Tanto pelos familiares e comunidade, no sentido de denunciar aos órgãos competentes, como também pelo poder público que muitas vezes não disponibiliza instrumentos necessários para que seja realizado um atendimento imediato à vítima e um acompanhamento integral a família em que ocorreu a violência intrafamiliar.

3 Número de casos novos detectados num determinado período. [López, F. Sánchez (1995, p.38)], In: Azevedo (2005).

4 Número de casos que a população adulta reconhece haver sofrido na infância e/ou adolescência. [López, F. Sanches (1995, p.38)], In: Azevedo (2005).

Contudo, não podemos deixar de mencionar a importância da prevenção⁵ da violência intrafamiliar, que, segundo Azevedo e Guerra (1995), é reconhecida como a estratégia privilegiada para combater com eficácia a reprodução deste tipo de violência.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudo da Criança – LACRI, da Universidade de São Paulo - USP, a negligência, representa 39,8% dos casos de violência doméstica sofrida por crianças em 2004 no Brasil. A violência física foi responsável por 31% dos casos. Quando se fala em crianças que morreram em consequência de atos de violência dentro de casa, o estudo revela que, desde 2000, já são contabilizados 437 casos de violência fatal nos lares brasileiros.

Diante do exposto podemos dizer que a violência intrafamiliar se configura como uma das grandes preocupações do cenário nacional. Todavia devemos nos preocupar ainda mais, visto que os dados conhecidos representam apenas uma parcela das crianças e adolescentes vítimas deste tipo de violência, ou seja, a já mencionada “ponta do iceberg”, pois muitas situações não são denunciadas, passando despercebidos tanto pelo poder público como pela sociedade civil.

Quanto aos tipos de violências a que são submetidas crianças e adolescentes, podemos exprimir que a violência intrafamiliar revela-se de inúmeras formas e com distintos graus de severidade. Podemos expressá-las como violência sexual, violência psicológica, negligência e violência física.

Azevedo e Guerra (1995, p.94) entendem que violência sexual é “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sobre sua pessoa ou de outra pessoa”.

5 Azevedo e Guerra (1998, p. 81, 82) inferem sobre os três níveis de prevenção da violência doméstica: a) Primária: todas as estratégias dirigidas ao conjunto da população num esforço para reduzir a incidência ou índice de ocorrência de novos casos. As estratégias adotadas incluem, de modo geral, programas de pré-natal que abordem a temática e reforcem os vínculos pais-filhos; programas de treinamento para pais e em escolas (especialmente para adolescente), campanhas pelos meios de comunicação, palestras, debates; b) Secundária: envolve a identificação precoce da assim chamada “população de risco”. As estratégias incluem visita domiciliar para prover cuidados médico-sociais aos pais do “grupo de risco”, os “telefones de crise” aos quais se recorrem em momentos difíceis, obtendo ajuda e encaminhamento especializado; recepção de auxílio material; programas de creches para as crianças do “grupo de risco”; c) Terciária: dirigida aos indivíduos que já são agressores ou vítimas no sentido de reduzir as consequências adversas do fenômeno ou de evitar que o indivíduo sofra o processo de incapacidade permanente (Willis, Holden, Rosenberg, 1992). As estratégias incluem intervenções

Quando se fala em violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes se aceita qualificá-la também como incestuosa, entendendo-se por incesto “ toda atividade de caráter sexual, implicando uma criança de 0 a 18 anos e um adulto que tenha para com ela seja uma relação de consangüinidade, seja de afinidade ou de mera responsabilidade” (AZEVEDO; GUERRA, 1995, p.54).

Segundo Azevedo e Guerra (1995) a violência sexual doméstica ocorre em famílias incestogênicas, onde o afeto entre alguns ou todos os membros é oferecido eroticamente; a comunicação não é aberta, o que leva a vítima a se calar enquanto os demais elementos da família se recusam a enxergar o que está acontecendo. Neste tipo de família também é comumente identificada uma grande discriminação de gêneros, ou seja, submissão de crianças do sexo feminino e mulheres adultas e, a autoridade incontestável do pai de família.

No que tange a violência psicológica esta ocorre quando há repressão através de ameaças, humilhações, gritos, injúrias, privação de amor, exploração, castigos entre outros. Segundo Azevedo e Guerra (1989, p.50) a “violência psicológica é a atitude constante do adulto (ou pessoa mais velha) em relação à criança da forma a depreciá-la, bloqueá-la em seus esforços de auto-aceitação, enfim, interferir de maneira negativa, causando-lhe sofrimento mental”.

A violência psicológica provavelmente é a violência intrafamiliar mais praticada contra a população infanto-juvenil, todavia é de difícil detecção por não deixar marcas no corpo das vítimas. Os agressores, por sua vez, não vêem este ato como abusivo, pois o consideram a maneira mais correta de educar uma criança. Vale lembrar que toda a forma de violência pressupõe a presença do abuso psicológico, pois este sempre estará, de alguma forma, presente em todos os casos de violência intrafamiliar.

Azevedo e Guerra (1998) consideram negligência a omissão da família em prover as necessidades físicas e emocionais que uma criança e um adolescente necessitam para seu desenvolvimento sadio, ou seja, cuidados básicos. Aí está incluída a privação de medicamentos, alimentos, vestimentas, educação, entre outros. Todavia tais falhas só podem ser consideradas como abusivas quando não são oriundas de carências e recursos sócio-econômicos.

terapêuticas de diversas modalidades e esforços para organizar infra-estrutura para as vítimas. (Azevedo e Guerra, 1997).

Nas residências onde os pais negligenciam severamente seus filhos observa-se, de modo geral, que os alimentos nunca são providenciados, não há rotinas na habitação e para as crianças não há roupas limpas, o ambiente físico é muito sujo com lixo espalhado por todos os lados, os filhos são deixados sós por diversos dias, chegando a falecer como consequência dessas condições de vida. A literatura registra entre esses pais um consumo elevado de drogas, de álcool, uma presença significativa de desordens severas de personalidade. (AZEVEDO; GUERRA, 1998, p.27).

Nas famílias com atitudes negligentes ou omissas as crianças e ou adolescentes são “deixados de lado”, os pais e/ou responsáveis apresentam um comportamento contínuo que revela a ausência ou insuficiência dos cuidados básicos para com as crianças. Vale ressaltar que este fenômeno é de diagnóstico complexo, sendo que geralmente nas famílias negligentes o contexto de pobreza e isolamento social se faz presente, além de outras carências como: saúde, educação, cultura, lazer, entre outras. A negligência pode acarretar problemas à saúde de crianças, desde fadiga constante, até crescimento deficiente. Podem também apresentar dificuldades na aprendizagem, desnutrição, sentimento de rejeição, baixa auto estima, depressão, entre outros.

O quarto tipo de violência intrafamiliar é a violência física que dentre suas características, tem como bandeira mais eloquente, a punição corporal como forma de disciplinamento, e sobre a qual discorreremos com mais ênfase no item abaixo.

1.2 VIOLÊNCIA FÍSICA INTRAFAMILIAR

Segundo Azevedo e Guerra (1995), a visão da sociedade sobre a violência física doméstica tem passado ao longo dos tempos por inúmeras transformações. As autoras em seus estudos sobre o fenômeno fazem uma retrospectiva histórica sobre o assunto.

O primeiro estudo científico sobre o fenômeno ocorreu em 1860, pelo Prof. Ambroise Tardieu - profissional da área da saúde da França -, que descreveu as características de comportamento dos pais e as condições sócio-culturais associadas ao fenômeno, em que analisou 32 casos (18 mortos), por ordem do Tribunal da Justiça, e pioneiramente revelou que muitas das crianças mortas em consequência de “acidentes domésticos” eram vítimas de ações ou omissões fatais perpetradas pelos

país. (AZEVEDO; GUERRA, 1998). Este estudo, porém, não teve consequências, pois na época a França era governada por Napoleão III que era favorável ao reforço da autoridade paterna. O estudo procurava mostrar que a família podia se tornar muito perigosa para as crianças, em certos momentos.

Tardieu indignado com o “silêncio” sobre o assunto reproduz seu estudo em livro de sua autoria, que é publicado no ano de sua morte, em 1879.

A importância de Tardieu é que a ele se deve a descoberta pioneira da **síndrome da criança seviciada ou espancada** [grifo das autoras] (*Battered Child Syndrome*), na origem de lesões corporais infligidas e mesmo da morte acarretada a muitas crianças por seus pais ou responsáveis. Com ele se inicia, assim, a trajetória que vai permitir, que no século XX, uma nova leitura dos “acidentes domésticos”, **desvelando a responsabilidade criminal de familiares pelos mesmos** [grifo das autoras] e permitindo sua categorização como VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES [grifo das autoras].. (AZEVEDO; GUERRA, 1998, p. 40, 41).

Apesar da importância da descoberta de Tardieu ainda por muitos anos a prática de filicídio – sendo crime - continuaria a ser tolerado, desde que camuflado como acidente fatal, alegado pelos pais, referendado pelos médicos e aceito pelos juízes.(AZEVEDO; GUERRA, 1998).

Vale salientar que antes da publicação do livro de Tardieu, em 1870, nos Estados Unidos, tornou-se pública a história de vida de Mary Ellen Wilson, uma criança com oito anos de idade vítima de severos maus-tratos físicos por parte dos pais adotivos, despertando o interesse de estudiosos para esta problemática.

Convém reservarmos algumas linhas deste trabalho, para apresentarmos esta trágica história de violência cometida contra uma criança. De acordo com os relatos o pai biológico de Mary Ellen havia morrido na guerra e sua mãe tinha lhe deixado sob os cuidados de uma babá. A mãe de Mary Ellen casou-se novamente vindo a abandoná-la. A criança foi adotada por um homem que disse para sua esposa que Mary Ellen era sua filha legítima. Desde então a mulher passou a odiar a menina. Mary Ellen nunca havia tido nenhum brinquedo, não podia brincar com as outras crianças, nunca havia comido um doce, dormia sobre um tapete no chão e havia sido trancada no armário enquanto a mãe adotiva saía. A família tinha como vizinho um oficial de polícia, porém nada foi feito a seu favor e a criança sofreu por anos até

Etta Wheeler entrar em sua vida, em 1874. Etta encontrou a criança em péssimas condições, inclusive com vários cortes de tesouras pelo corpo.

Como não existiam leis que salvaguardassem os direitos das crianças nada foi feito a favor de Mary Ellen. Entretanto através da mediação da Sociedade Americana para a Prevenção da Crueldade contra os Animais, o caso foi apresentado em tribunal sob a alegação de que, se os animais se encontravam legalmente protegidos, Mary Ellen, como humana, pertencendo ao reino animal, também deveria ter garantida a sua proteção. Desta forma se ditou nos Estados Unidos, em 1874, a primeira sentença condenatória a país por maus-tratos a uma criança. Como consequência, criou-se, em 1875, em Nova Iorque, a *National Society for the Prevention of Cruelty to Children (NSPCC)*, fundada também em Londres em 1884.⁶

Surpreende-nos constatar que até mesmo a violência contra animais tenha sido combatida de forma organizada antes da violência contra crianças naquele país, assim como o fato de que foi a sociedade de proteção aos animais que assumiu um papel que cabe ao Estado, isto é, a defesa de uma criança vulnerável. Áries (1981) ajuda-nos a compreender que o ocorrido é fruto de um contexto histórico no qual a criança era vista como um “adulto em miniatura”, sendo que a violência era empregada como método privilegiado de “educação”.

Apenas em 1962, nos EUA, com os Drs. Kempe e Silvermam, a questão da violência física doméstica contra crianças e adolescentes foi retomada, identificando-a como Síndrome da Criança Espancada.

Esta síndrome se refere usualmente a crianças de baixa idade que sofreram ferimentos inusitados, fraturas ósseas, queimaduras etc., ocorridas em épocas diversas, bem como em diferentes etapas e sempre inadequada ou inconsistentemente explicadas pelos pais. O diagnóstico tem que se basear em evidências radiológicas dos referidos ferimentos. (AZEVEDO; GUERRA, 1995, p.40).

Após sete anos, em 1969, o sociólogo americano David Gil sugeriu um novo conceito para o fenômeno: “O abuso físico de crianças é o uso intencional, não acidental, de força física por parte de um parente ou de outra pessoa incumbida dos cuidados das crianças, tendo como objetivo danificar, ferir ou destruir aquela criança” (AZEVEDO; GUERRA, 1995, p.41). A problemática de seu conceito está

⁶ Disponível em www.angelizdsplace.com/child1.htm. Acesso em 20 de outubro de 2005.

em distinguir uma ação acidental de uma ação intencional, conceituando a violência a partir da distinção de uma ação acidental com uma ação intencional.

Outro estudioso americano sobre a temática, Fontana, em 1971 ampliou o conceito dos Drs. Kempe e Silvermam definindo o fenômeno como:

[...] síndrome do maltrato na qual a criança pode se apresentar sem os sinais óbvios de ter sido espancada, mas com evidências múltiplas e menores de privação emocional, às vezes nutricional, negligência e abuso. A criança espancada é a última fase do espectro da síndrome do maltrato. (AZEVEDO; GUERRA, 1995, p.41).

Vale ressaltar que a definição do fenômeno como “síndrome” fez com que a violência inicialmente fosse uma conotação médica, tornando-se restrita e implicando em uma noção de ferimento. Contudo, tal estudo modificou a legislação americana em termos de notificação das situações de violência contra crianças e adolescentes, além de contribuir para que fossem levadas em conta as histórias controversas dos pais em relação aos ferimentos de seus filhos.

Em 1979 o sociólogo americano Gelles apresentou outra definição, rotulando o fenômeno como “violência física”, o mesmo assinalou que a violência física alude a um ato praticado intencionalmente, ou com intenção percebida de causar dano a outrem, podendo este dano ir desde uma leve dor advindo de um tapa e até um assassinato.

Diante de uma definição mais global de violência física doméstica, em 1981, o Centro de Ajuda à Infância Maltratada e a Família em Crise, na Itália, define violência física como sendo o maltrato físico em que a criança e o adolescente são objetos de agressão dos responsáveis deixando danos físicos.

Estes novos conceitos trouxeram além de novas e abrangentes contribuições a visão de que o fenômeno deveria ser estudado por outras áreas do conhecimento além da medicina. Entendeu-se, assim, que somente a medicina não abrangeria os múltiplos aspectos que envolviam a violência física contra crianças e adolescentes, existindo a necessidade de se ver o fenômeno sob um aspecto multidisciplinar.

Em 1988 o psicólogo espanhol Ochotorena apresentou a definição de violência física como sendo “qualquer ação não acidental, por parte dos pais ou responsáveis que provoque dano físico ou enfermidade na criança” (AZEVEDO;

GUERRA, 1995, p.42). O fenômeno, tratado sob este aspecto, não é considerado violência quando não há dano ou ferimento aparente.

Newell (1989 apud AZEVEDO; GUERRA, 1995) identifica a violência física como toda ação que causa dor física, desde um tapa até um espancamento fatal. Deste modo o fenômeno adquire um significado mais abrangente, sendo que o mais leve castigo pode evoluir para situações mais graves de violência.

Diante deste novo foco dado ao conceito da violência física contra crianças e adolescentes a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças proferida pela Organização Das Nações Unidas (ONU) - adotada em Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 – reforçou a conceituação abrangente do fenômeno através do artigo 19 que dispõe:

- 1- Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.
- 2- Essas medidas de proteção deveriam incluir, conforme apropriado, procedimentos eficazes para a elaboração de programas sociais capazes de proporcionar uma assistência adequada à criança e às pessoas encarregadas de seu cuidado, bem como para outras formas de prevenção, para a identificação, notificação, transferência a uma instituição, investigação, tratamento e acompanhamento posterior dos casos acima mencionados a maus-tratos à criança e, conforme o caso, para a intervenção judiciária. (Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças)⁷

No Brasil apenas em 1984 começam a ser apresentadas definições para o fenômeno. Guerra (1985, apud GUERRA 1995, p. 46) define violência física doméstica como sendo “...o emprego de força física contra a criança, de forma não acidental, causando-lhe diversos tipos de ferimentos e perpetrada por pai, mãe, padrasto ou madrasta”. Lippi (1985 apud GUERRA, 1995) diz que a Síndrome da Criança Maltratada foi um conceito utilizado para definir uma situação clínica em crianças que recebem castigos físicos severos.

Já em 1989, Azevedo e Guerra citam a terminologia abuso-vitimização física para caracterizar o fenômeno, afirmando que:

⁷ Disponível em www.unicef.org.br. Acesso em 20 de outubro de 2005.

É bem verdade que a literatura só é unânime em considerar como maus tratos duas modalidades de castigos corporais: os cruéis e os poucos usuais e os castigos que resultam em ferimentos. No primeiro caso, estão os castigos extremos e inapropriados à idade e compreensão da criança, por exemplo, cárcere privado, treino prematuro de *toilet* etc. No segundo caso, estão o bater de forma descontrolada e com instrumentos contundentes [...]. (GUERRA, 1989, apud GUERRA 1995, p. 47)

Avaliando os aspectos apresentados nos conceitos brasileiros entendemos que apesar de estes conceitos tentarem introduzir novas dimensões à compreensão da violência física contra crianças e adolescentes - fazendo com que a intencionalidade fosse resgatada e incluindo sob a rubrica de violência física além da punição severa, os castigos inapropriados à idade e compreensão da criança - estes não contemplam as atuais perspectivas, estas que conceituam a agressão física como também a punição tida como a “mais leve”.

Azevedo e Guerra (1998) trazem à tona a discussão sobre a violência física doméstica que resulta no óbito de uma criança ou adolescente, - o que no século passado foi abordado por Tardieu - reconceituando o fenômeno como violência fatal. As autoras enfatizam que a trajetória dos acidentes domésticos na infância teve uma lenta evolução até chegar à consciência relativamente recente de que os acidentes não são tão acidentais e que podem ser evitados. “Ultimamente a palavra acidente tem sido cada vez menos usada. O acidental do “acidente” não se baseia na sua ocorrência, mas em suas conseqüências”(EISENSTEIN, 1993, apud GUERRA, 1998, p. 63).

Segundo as autoras o perfil da violência fatal doméstica contra crianças e adolescentes é considerada uma problemática em processo de construção e ainda carente de estudos e pesquisas continuadas, não havendo um consenso sobre o que envolve e o que significa. Quanto à compreensão teórica do fenômeno as autoras pontuam que é difícil entender como o mesmo se produz e reproduz numa dada sociedade.

Ainda segundo as autoras o fenômeno da violência fatal em família, dirigida contra crianças e adolescentes, pode envolver desde um único episódio de violência (um espancamento severo); uma sucessão de violências físicas e/ou negligências severas; uma falha no esquema de supervisão familiar, até um assassinato da criança durante as suas primeiras 24 horas de vida.

Diante dessas considerações nos alertamos para uma necessidade de intervenção que rompa com a violência, pois considerando que a violência física possa ocorrer no âmbito de outras modalidades de violência intrafamiliar, ela pode iniciar com um simples tapa até chegar ao espancamento fatal.

O recurso da força física em toda a história da humanidade sempre foi empregado como método educativo, sendo comum o discurso de pais que, utilizando o senso comum, justificam que o “tapinha” é uma forma de disciplinamento, prevenindo e corrigindo um “mau comportamento” de crianças e adolescentes.

Deslandes (1994, p.129) aponta que a “preponderância do abuso físico muito provavelmente associa-se a um modelo cultural arraigado que justifica e reforça a punição corporal como medida educativa”. Dentro deste contexto, historicamente inscrito, é que a violência física intrafamiliar se insere. A sociedade impõe a punição física como forma de disciplinamento, assim a criança acaba se “acostumando” a aceitar a violência, “naturalizando” este feito e passando a enxergar a violência física como forma de educação, de punição podendo reproduzir com seus filhos esta forma de “educação” à qual foram submetidas.

Azevedo e Guerra (2001) destacam que a punição corporal chamada de “palmada” é tida como leve e revela o verdadeiro conceito *cult*⁸, funcionando como um divisor de águas entre os sujeitos que apóiam e os que rejeitam incondicionalmente este tipo de punição. Assim, “a punição corporal de crianças e adolescentes seria considerada uma violência, mesmo a chamada punição mais leve, na medida em que toda punição corporal para ter este caráter deve implicar no conceito de dor física”. (AZEVEDO; GUERRA, 2001, p.26).

Segundo Veronese (1998) a ação de agredir, bater em crianças, revela uma “cultura” historicamente repetida. Assim, adultos que durante a infância sofreram estas modalidades de violência provavelmente reproduzem tais comportamentos. Esta “cultura” faz com que a violência se “naturalize”, legitimando e capacitando o adulto a perpetuar esta forma de agressão. Assim, a criança e o adolescente nada mais são que meros objetos, domínio absoluto dos pais.

A autora destaca também que estudos realizados na Universidade de New Hampshire (Estados Unidos), em 1996 pelo pesquisador Murray Straus, revelam que o espancamento de crianças com o objetivo de puni-los por seu “mau

comportamento”, torna-as ainda mais agressivas. Esta pesquisa foi realizada ao longo de dois anos com 3.780 famílias. No final desse período, as crianças submetidas a surras freqüentes apresentaram maior índice de comportamento anti-social. A pesquisa concluiu que fatores como *status* econômico da família, o sexo das crianças e o apoio emocional não estavam relacionados com o nível de comportamento considerado anti-social das crianças e sim à quantidade de surras a que eram submetidas. Cabe ressaltar que com o decorrer das agressões o grau de violência aumenta, passando a criança a reagir e, conseqüente, apanham mais, tendo como resultado lesões mais graves e até a morte.

É diante das perspectivas dos citados autores que fundamentamos o presente trabalho, levando-nos a concluir que a reiterada violência física contra a população infanto-juvenil além de poder culminar com o óbito pode suscitar um comportamento violento das suas relações pessoais, ou seja, reproduzir a violência sofrida, na escola, com os amigos, na rua e, futuramente, com seus filhos.

Vale salientar que está em organização um movimento mundial no sentido de coibir a punição corporal nas relações pais-filhos. Há um processo de conscientização - ocorrido a partir da década de 1980 – que objetiva demonstrar que há outras formas de se educar uma criança, sem ter que utilizar a agressão física. Este processo de conscientização juntamente com o estabelecimento de legislações que proíbem qualquer tipo de punição corporal contra crianças e adolescentes propõe a abolição deste tipo de punição tanto no lar quanto nas escolas. Este é o caso de países como Suécia, Finlândia, Dinamarca, Noruega, Áustria, Chipre, Letônia, Croácia, Alemanha, Israel e Islândia. (AZEVEDO, GUERRA, 2005).

1.2.1 Identificando a violência física

Segundo Azevedo e Guerra (1998) a violência física intrafamiliar pode ser identificada de inúmeras maneiras, podendo-se destacar alguns “sinais de alerta” para revelações de que uma criança ou adolescente está sendo vitimizada

⁸ “No mundo das artes o termo *cult* se aplica a produções culturais (filmes, peças de teatro, quadros etc) que despertam reações radicais de amor e ódio” (AZEVEDO; GUERRA, 2001,

fisicamente. As autoras revelam como indicadores orgânicos às lesões corporais com o uso de objetos como cintos, escovas, fios; assim como contusões e fraturas inexplicadas; pequenas marcas circulares de queimadura; queimaduras com aparência de uma “luva” nas mãos, pés ou marcas estranhas nas nádegas; queimaduras em forma de objetos como ferro elétrico, aquecedor; ferimentos produzidos pela fricção de corda; feridas em diferentes estágios de cicatrização; lacerações sem explicação plausível; marcas de dentadas humanas, entre outras.

No que se refere aos tipos de ferimentos, segundo Azevedo e Guerra (1989, p. 108 –110), os comumente apresentados por crianças agredidas são: escoriações (ferimentos superficiais; lacerações; vergões (marcas na pele, resultantes de pancadas); equimoses (pequenas manchas devido hemorragia); hematomas (tumor formado de sangue extravasado); queimaduras; cortes; fraturas e cicatrizes de ferimentos anteriores. Ainda segundo as autoras, as lesões mais encontradas são as de pele, principalmente os hematomas, as equimose, marcas de dedos e queimaduras, lesões estas provocadas por cigarros, líquidos quentes, objetos incandescentes (faca, garfo, colher, ferro de passar roupas), beliscões, socos e pontapés, tapas, sacudimentos, entre outros.

As autoras ainda alertam que dificilmente podemos saber, por uma simples inspeção, se ferimentos ocorreram por acidente ou foram provocados, só teremos a total certeza se analisarmos a localização, severidade e frequência em que ocorreram.

No que se refere aos indicadores de conduta da criança, Azevedo e Guerra (1998) destacam alguns tipos de comportamentos apresentados pelas crianças vítimas de violência física, como: desconfiar dos adultos; estado de “alerta”; mudanças freqüentes de humor; medo dos pais e/ou responsáveis; apreensão quando vêem outras crianças chorando; mudanças no desempenho escolar; dificuldades de aprendizagem e a própria revelação de que é vitimizada fisicamente. Diante disto, vale ressaltar que um indicador por si só não significa necessariamente um sinal de violência física doméstica. Entretanto, a soma de evidências orgânicas e indicadores de conduta da criança pode fornecer pistas de uma possível violência física.

As autoras ainda apresentam indicadores importantes a serem notados na conduta de pais ou responsáveis que praticam esta forma de violência. Estes podem revelar pouca preocupação com a criança; culpam os filhos por problemas existentes

no lar; pedem ao professor que punam com severidade a criança na escola; vêem a criança como má, preguiçosa, como um ser que deve satisfação às necessidades emocionais deles; exigem perfeição no desempenho físico e/ou intelectual da criança; dão explicações contraditórias e não convincentes quando existem ferimentos na criança ou no adolescente; apresentam uma história pregressa de violência física doméstica; empregam punição corporal severa com os filhos e defendem este tipo de punição como ideal no processo de educação.

Segundo Cordeiro (apud Steiner, 1986) podemos identificar cinco tipos de agressores físicos intrafamiliares. O *agressor intermitente* é comumente cuidador, entretanto, em certas ocasiões não resiste à compulsão de atacar e espancar a criança e/ou o adolescente, podendo ter remorsos depois. O *agressor esporádico* é aquele que perpetrou uma única agressão, porém poderá vir a repetir tal episódio, quando a agressão pode ser fatal. O *agressor permanente* odeia a vítima e a agride dolosamente, fazendo-a sofrer. Não é cuidador, é indiferente ao sofrimento do filho e tem distúrbios de personalidade. O *agressor ignorante* tem como meta a educação e, pela sua própria ignorância, agride a criança e o adolescente na tentativa de educá-los, e sente muito se a vítima vier a falecer. E, por último, o *agressor em triângulo*, quando a agressão se dá numa relação triangular, ou seja, a mãe, o companheiro e a criança, e esta passa a ser alvo de hostilidade por parte do casal ou por um dos pais.

1.2.2 Conseqüências da violência física para as vítimas

De acordo com Azevedo e Guerra (2000) as conseqüências da violência física para as vítimas podem ser orgânicas e psicológicas. As autoras destacam dentre as orgânicas as seqüelas provenientes de lesões abdominais, oculares, fraturas dos membros e/ou crânio, queimaduras e outras lesões que poderão causar invalidez permanente ou temporária. Também é assinalada quando há morte da vítima, a denominada “violência fatal”. Esta de difícil detecção é, por isso, muitas vezes subestimada.

No que tange às conseqüências psicológicas da violência física, as autoras ressaltam o sentimento de medo e de raiva frente ao agressor; as dificuldades no

desempenho escolar em relação a confiança em outras pessoas; o autoritarismo; a delinqüência - os agredidos não consideram tal prática abusiva, concordam com a violência como forma de disciplinamento -; a violência doméstica fazendo com que as agressões sofridas tornem-se modelos a serem adotados e futuramente seguidos e, por fim, o parricídio / matricídio⁹, vistos como forma de “exterminar” o agressor e acabar com as violências sofridas.

Vale ressaltar que, segundo as autoras, várias outras conseqüências podem aparecer como decorrência da violência física doméstica, contudo, destacamos aqui as mais significativas, em que as vítimas podem apresentar quadros de depressão, drogadição - como forma de refúgio - e, mais raramente, a aparição de múltiplas personalidades, conforme dizem as autoras.

A criança ou o adolescente vítimas de violência física nutrem para toda a vida os sentimentos aflorados pela dor decorrentes das agressões sofridas, sentimentos estes que na maioria das vezes podem ficar reprimidos, negados, porém nunca esquecidos. (GREVEN, 1992, apud AZEVEDO; GUERRA, 1995).

Diante do exposto podemos mencionar que a vítima certamente nunca esquecerá as agressões sofridas. O agressor, por sua vez, dificilmente lembrará a última ocasião em que praticou a violência física, pois este, muitas vezes, não visualiza suas atitudes como violentas e sim, como uma forma de educar e castigar seus filhos. Contudo, sabemos também que este comportamento se deve à, já comentada, reprodução da violência.

1.3 INTERVENIENTES PSICOSSOCIAIS E CULTURAIS QUE AMBIENTAM A VIOLÊNCIA FÍSICA

Segundo Deslandes (1994, p.10), vivemos num país com um contexto social desigual, em que pais ausentes, na busca dos meios de sobrevivência, nem sempre podem oferecer afetividade, segurança, respeito e confiança, indispensáveis ao desenvolvimento humano de seus filhos. A autora destaca também que aspectos como “stress, desemprego, baixos salários, filhos não desejados, abuso de drogas,

⁹ Um exemplo de parricídio pode ser conferido no filme *Right to kill?* - título original - diretor Jonh Erman, produzido em 1985. Larimd Home Video.

alcoolismo, problemas psicológicos-psiquiátricos, história de abuso dos pais quando crianças, fanatismo religioso têm sido identificados como fatores desencadeadores da violência doméstica.”

Através de Minayo (1999), entendemos que para compreender o fenômeno da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes devemos nos reportar à sua dimensão global. Assim, destacaremos neste trabalho o modelo interativo multicausal (ANEXO 1), partindo do pressuposto de que a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes decorre da interação entre vários grupos de fatores psicológicos, sócio-econômicos e culturais do pai, mãe e filho. Contudo esse modelo traz implícito a:

[...] hipótese histórico crítica de reprodução do fenômeno, ou seja, este é tributário, sobretudo, do padrão de interação pai-mãe-filho(a). Este padrão, por sua vez, reflete, de um lado as experiências de socialização e, mais raramente, as características patológicas dos pais, bem como sua posição de classe e sua visão de mundo (ideário). (AZEVEDO; GUERRA, 2005, p. 19).

Diante do exposto podemos dizer que o modelo é também interativo porque tem natureza integradora, ou seja, pretende substituir a visão linear da utilizada pelo senso comum, através da interação de fatores macro (sistema socioeconômico) e micro (história de vida dos pais e estrutura familiar).

Azevedo e Guerra (2005) pontuam que embora as condutas humanas decorram da interação indivíduo-sociedade, a direção dessa interação é clara: o psicológico é condicionado pelo social e esse condicionamento se produz historicamente.

Barreto e Silveira (1995) também identificam alguns fatores predisponentes à prática da violência intrafamiliar como a dificuldade em lidar com o sentimento da raiva; o estresse; os filhos não desejados e filhos com deficiências; o abuso de drogas e alcoolismo; os problemas psicológicos ou psiquiátricos; bem como a violência intrafamiliar praticada contra os pais quando crianças e os fanatismos religiosos.

Diante do exposto podemos mencionar que a raiva, ao contrário do que se costuma pensar, é um sentimento como qualquer outro e, portanto, não deve ser considerado como bom ou mau. A dificuldade advém de as pessoas não saberem como lidar com este sentimento. A tendência é descarregá-la em pessoas mais

frágeis. Desta forma, é possível compreender que as crianças acabam sendo o alvo escolhido de pessoas que não sabem lidar com sua agressividade.

Outro fator que pode desencadear a violência intrafamiliar é o estresse que é geralmente causado pelo desemprego, baixos salários, falta de condições de sobrevivência, o excesso de atividade ou preocupações da vida cotidiana, especialmente nos grandes centros urbanos, podendo constituir um empecilho para os pais assumirem suas responsabilidades quanto a proteção da criança e do adolescente.

Filhos não desejados e /ou portadores de alguma deficiência também predispõem a agressão de pais contra filhos, ou seja, pais não “satisfeitos” com seus filhos passam a desprezá-los e até mesmo a agredi-los fisicamente.

O fanatismo religioso, por sua vez, também pode ser entendido como facilitador da violência física intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Em algumas religiões existem rituais em que crianças servem como “oferendas”, como o exemplo de um caso recente acontecido no estado de São Paulo, em que um casal foi preso e acusado de *torturar uma criança em ritual de magia negra*.⁸

Problemas psicológicos e psiquiátricos muitas vezes estão associados com a agressividade. Assim, pais que tem este tipo de problema podem agir de forma violenta com seus filhos, o que demanda o acompanhamento terapêutico para que se evite a repetição da violência na geração seguinte. Uma pessoa que hoje é agressora possivelmente foi uma vítima no passado, porém nem toda vítima será um agressor, podendo “mudar seu destino” dependendo das trocas afetivas e possibilidades de resignificação e elaboração do ocorrido na infância.

⁸ Um casal foi detido, em São Paulo, às 21 horas de terça-feira (28/02/2006) por policiais militares da 4ª Companhia do 39º Batalhão, acusado de torturar um menino de 8 anos durante supostos rituais de magia negra. Foram detidos um garçom, o padrasto da criança e a mãe dela, de 23 anos, que sempre assistia a tudo e nada fazia para impedir. O menino será entregue à Vara da Infância e Juventude. A polícia chegou na noite de terça-feira à casa nº 357 da Rua Iaparandiba, no Parque Guaianazes, extremo leste da capital paulista, após denúncias de vizinhos de que o garoto estava amarrado em um tronco e que havia sido espancado pelos pais. No momento que os PMs entraram no quintal da casa, encontraram a criança amarrada pelos pés, ajoelhada, nua e com vários hematomas pelo corpo. Alexandre Calegari, de 31 anos, e a mãe do menino, Elaine Carmona Correia, de 23 anos, foram encaminhados ao plantão do 68º Distrito Policial, do Jardim Lajeado, e indiciados, pelo delegado Eduardo Camilo, de acordo com o artigo 235 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por crimes de maus-tratos e torturas física e psicológica. Segundo a polícia, o pai verdadeiro do menino se divorciou de Elaine. A criança foi levada ao pronto-socorro para ser medicada e passa bem. (VALOTA, 2006) Disponível em <http://www.noticias.aol.com.br/brasil/fornecedores/age/2006/03/01/0001>. Acesso em 16 de março de 2006.

O abuso de drogas e o alcoolismo, bem como os fatores sociais que abrangem o uso dessas substâncias, fenômeno comum na sociedade contemporânea, também se configuram como uma predisposição à violência contra crianças e adolescentes. Entendemos que o uso de droga⁹ freqüentemente desinibe o comportamento do indivíduo, reduzindo o controle sobre os impulsos emocionais e aumentando os sentimentos persecutórios. Por essa razão freqüentemente o uso de substâncias psicoativas está relacionado a episódios de violência intrafamiliar. Neste sentido, estudos estatísticos mostram que 92% dos casos registrados de violência intrafamiliar estão ligados ao uso do álcool. Em relação à violência sexual, estima-se que o alcoolismo está envolvido em 50% dos casos¹⁰.

Foi realizado, em 2003, pelo Cebrid (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas), da Unifesp, um primeiro estudo, no país, que analisa a associação entre a violência intrafamiliar e o uso de drogas psicotrópicas e que causam dependência, como álcool, cocaína, maconha e anfetaminas. Foram entrevistadas 2.372 pessoas, entre 12 e 65 anos, em 27 cidades paulistas, com mais de 200 mil habitantes. A equipe verificou que cerca de um terço dos lares (749) tinha histórico de violência, porém sabemos que o problema pode ser bem maior, que a violência envolve negação e medo, além do segredo pela pessoa que é agredida, e há, também, a questão da percepção da violência, que é diferente de uma pessoa para outra. Mais da metade dos casos de violência intrafamiliar, que ocorrem no Estado de São Paulo, estão relacionados com o consumo de bebidas alcoólicas, apenas 10% envolvem o consumo de outras drogas. Essa porcentagem é muito alta, mas é semelhante no resto do mundo. Esposas são as principais vítimas dos agressores e em 52% das situações, o agressor está sob o efeito de bebidas alcoólicas e é, geralmente, do sexo masculino e tem entre 19 e 54 anos e mora no domicílio.¹¹

Lembramos que consumir drogas corresponde a uma *prática humana milenar e universal*, entretanto, recorrer à droga pode levar a situações de *crise social* atingindo não só os valores culturais, mas também a estruturação sócio-econômica,

⁹ “Qualquer entidade química ou mistura de entidades que alteram a função biológica e possivelmente sua estrutura” (OMS, 1981).

¹⁰ Disponível em <http://www.reservaer.com.br/saude/alcoolismo.html>. Acesso em 23 de fevereiro de 2006.

¹¹ Disponível em <http://www.unifesp.br/comunicacao/jpta/ed179/pesquisa1.htm>. Acesso em 05 de março de 2006.

desencadeando uma pobreza crescente, atingindo todas as parcelas fragilizadas do corpo social e se propagando com maior rapidez entre os menos favorecidos (BUCHER, 1992).

Segundo Johnson (1992), o uso do álcool traz consigo inúmeros problemas, um deles, o mais conhecido, é o alcoolismo, que se instala com o consumo crônico da substância, sendo um problema muito sério e com graves repercussões sociais. Para a Organização Mundial de Saúde - O.S.M., o alcoolista é um bebedor excessivo, cuja dependência do álcool chegou ao ponto de criar transtornos em sua saúde física e mental, nas relações interpessoais e na função social e econômica, por isso necessita de tratamento.

Entendemos que o álcool é visto como símbolo de festas, descontração, porém no âmbito individual é visto como um instrumento que pode ocultar a solidão, medos, estresse, sentimento de inferioridade, desemprego, dificuldades financeiras, situação familiar, entre outros, trazendo assim a sensação ilusória de que ocorreu uma transformação. Johnson (1992) ainda coloca que o consumo do álcool causa várias mudanças de comportamento e dependendo das doses ingeridas, pode acontecer um aumento na incidência de atos agressivos, inclusive maus-tratos contra cônjuges e filhos.

Através de Choinacki (apud Meurer 2000), percebemos que o alcoolismo é um dos fatores determinantes na maioria dos casos de violência intrafamiliar. A violência intrafamiliar ocorre quando algumas pessoas, ao ingerirem bebidas alcoólicas, ficam extremamente agressivas, ainda em consequência do efeito liberador do comportamento, da diminuição de auto-censura. Esse lado agressivo, que muitos expõem quando bebem, é certamente um dos grandes problemas causados pelo alcoolismo.

O alcoolismo causa inúmeras complicações sociais e principalmente familiares. O estado de embriaguez frequentemente conduz à negligência para com os deveres sociais, com a família, com o trabalho e com a comunidade e principalmente leva a maus-tratos à criança. Entretanto os problemas causados pelo alcoolismo dependem do estado emocional no momento em que se ingere bebidas alcoólicas, sendo que muitos dependentes ficam apáticos, não esboçando reação alguma, enquanto outros mudam totalmente de personalidade e ficam agressivos.(JOHNSON, 1992).

Apesar de evidências empíricas, há muitas dúvidas quanto às explicações causais em relação uso de álcool e a prática de violências, e ainda não foi possível inferir que tal uso afete o comportamento das pessoas envolvidas. Logo, não é possível saber as pessoas, em estado de abstinência, teriam cometido as mesmas transgressões. Tampouco é possível discernir se o uso de drogas, estando associado a outros aspectos, desencadeia comportamentos violentos ou se é, por si, um fator causador de violência. (MINAYO; DESLANDES, 1998)

Entendemos, assim, a importância de se compreender a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes a partir de uma visão histórico-crítica do Brasil em seus aspectos sócio-econômicos, políticos e culturais (AZEVEDO; GUERRA, 2005).

Sabemos que a história brasileira é marcada por chacinas, extermínio, desigualdade social e miséria. As violências constituem uma realidade que atravessa classes, porém o fenômeno se explicita na forma como atinge, sobretudo as classes trabalhadoras. Entendemos, assim, que se trata de uma realidade que atinge majoritariamente os menos favorecidos, os pobres, os negros, as mulheres, as crianças e adolescentes (MINAYO; SOUZA, 1999). Assim, queremos sintetizar que a violência não começa e acaba na família, mas há uma correlação das várias violências, provenientes do meio social, com as praticadas nas relações intrafamiliares.

Entretanto, para uma compreensão sobre o fenômeno, faz-se necessária uma breve discussão sobre o grupo familiar, *lócus* onde a violência intrafamiliar se insere. É fundamental visualizar o grupo familiar a partir de uma perspectiva social, cultural e histórica, considerando que atualmente não existe um único padrão de família.

Para Miotto (1997, p. 27) a família é um:

[...] núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) explica que a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos, constituindo-se num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações

sociais. Ainda especifica que é na infância que o indivíduo começa a inserir-se na cultura, nos valores, nas normas da sociedade, enfim, nas percepções de vida. Entretanto, é justamente neste contexto que encontramos a violência intrafamiliar, esta que tem ocasionado uma série de problemas que prejudicam o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes.

Segundo Reis (2001) a família suscita polêmicas, pois, apesar de ela ser considerada a base da sociedade ela também pode representar uma barreira ao desenvolvimento social e pode exercer dominação sobre mulheres e crianças. Todavia “o que não pode ser negado é a importância da família tanto ao nível das relações sociais, nas quais ela se inscreve, quanto ao nível da vida emocional de seus membros”. (REIS, 2001, p. 99). O autor ainda revela que a família é uma construção social que se funda de formas diversificadas para contemplar as necessidades da sociedade, dependendo do tempo e do espaço em que se insere. Nesta perspectiva de que a família não é apenas algo natural, Cohen (1992, p. 16) infere que “a família é, portanto, um grupo biológico, mas é fundamentalmente uma instituição social, inscrita em um universo ideológico”. Assim, é na família que os indivíduos são educados para que venham a continuar biológica e socialmente a estrutura familiar. (REIS, 2001, p. 102)

Entendemos, assim, que a família mantém interações dinâmicas com o contexto social em que está inserida. É uma organização complexa, espaço de intimidade e socialização, que tem a característica de ser um lugar de conflitos e de conquistas. Contudo, as famílias que não estão preparadas para compreender, administrar e tolerar seus conflitos podem se tornar violentas. (BRASIL, 2001).

De acordo com Reis (2001, p.118) a família nuclear burguesa, não obstante algumas modificações e reformulações ao longo dos tempos, mostra-se como arranjo familiar predominante nos dias atuais, sendo que as classes médias são as mais representativas desta tipologia familiar, exprimindo mais abertamente os conflitos em seu interior. “A estrutura familiar que associa amor e autoridade ainda prevalece, com outros traços típicos da família burguesa original, como a rígida divisão de papéis sexuais e a repressão à sexualidade”. Ainda, segundo Reis (2001, p.119), a família comumente é vista e entendida como um lugar harmonioso, amoroso e protetivo, porém ao falarmos das relações reais, que acontecem no dia-a-dia encontramos os conflitos, a dominação. Assim, “toda vez que algum

acontecimento é percebido como passível de colocar em risco a noção idealizada de família, tudo é feito para que ele não seja percebido”.

No tocante a atual família brasileira, Mioto (1997) ressalta que a mesma apresenta mudanças devido ao processo de modernização da sociedade, dentre as quais se destacam a transformação e liberação dos hábitos e costumes, o desenvolvimento técnico-científico, e o desenvolvimento econômico do Brasil, este que refletiu no empobrecimento acelerado das famílias na década de 1980, migração exagerada do campo para a cidade e o expressivo aumento do trabalho infantil e feminino.

Mioto (1997) ainda revela que tais mudanças implicam numa evolução positiva na convivência e relações entre homens e mulheres. No entanto, as mesmas mudanças refletem no processo de fragilização das famílias. A autora diz: “a maior vulnerabilidade é notada nas famílias menores, com a presença de apenas um adulto, que vivem distantes de sua parentela, na gestão da própria vida cotidiana e em eventos como mortes, doenças e desemprego” (MIOTO, 2000, p. 218). As dificuldades quanto ao cumprimento de tarefas básicas passam a ser enfrentadas com maior frequência pelas famílias, quando pais não conseguem mais proteger seus filhos e interligar seus projetos pessoais com o projeto familiar.

Evidenciamos que as famílias necessitam desenvolver estratégia para sua sobrevivência, e se isso não for feito provavelmente ocorrerão conflitos com diferenciados graus de intensidade, muitas vezes expressados através da violência intrafamiliar.

Para Azevedo (1995) nas famílias em que existe a violência intrafamiliar a educação violenta é tida como um elemento indispensável para manter a disciplina e o controle de seus membros, podendo a violência ser reproduzida de geração em geração. A autora destaca que implícita na estratégia de educação infantil está a Pedagogia Despótica, que tem por princípio a obediência aos pais. A obediência incide em fazer com que as crianças realizem com anseio o que lhes é ordenado, que deixem de fazer com vontade o que se lhes proíbe e que fiquem felizes com as normas impostas a eles.

Azevedo (1995, p.129) revela que a origem da Pedagogia Despótica parte de métodos antigos de mutilação física, assassinato e exploração de crianças, ficando por muito tempo mascarada pela violência psicológica a que crianças são submetidas. Esta pedagogia tem como objetivo manter o controle de seus membros

“quebrantar a vontade infantil, exorcizar a desobediência de crianças e jovens e, assim, afastar o perigo de subversão da ordem (intra e extrafamiliar)”. As conquistas relacionadas à infância evoluíram, todavia, ainda encontramos a Pedagogia Despótica muito presente nos modelos de famílias da contemporaneidade. Assim, a autora avalia que esta pedagogia não passa de uma ideologia baseada num princípio de crenças e valores sociais incoerentes.

Azevedo e Guerra, em sua obra “Mania de Bater” (2001), afirmam que duas principais características são encontradas dentro da cultura brasileira em relação a bater nos filhos: a prática pedagógico-familiar e a prática violenta e socialmente democrática.

...O BATER NOS FILHOS é uma prática virulentamente democrática: com exceção da criança índia autóctone, todas as demais foram disciplinadas à sombra da pedagogia da punição corporal. Pode-se mesmo afirmar que essa pedagogia acompanhou ou fez parte do processo de emergência da infância no Brasil enquanto categoria social. Esse processo chegou com a chegada dos jesuítas ao Brasil, os quais trouxeram consigo o sentimento de infância (enquanto condição peculiar de desenvolvimento humano) fundamentou o projeto pedagógico catequético que os jesuítas – servindo aos interesses colonizadores da metrópole portuguesa – trouxeram ao Brasil com vistas à educação da criança índia. (AZEVEDO; GUERRA, 2001, p. 55).

Segundo as autoras a pedagogia familiar se divide em três categorias: a pedagogia do amor correccional, a da palmatória¹² e a da palmada. A pedagogia do amor correccional trazia implícita a necessidade de correção através de castigos físicos. Com o mesmo enfoque a cultura da palmatória foi instituída, porém agravada pela humilhação a que crianças eram submetidas, focando a noção de subalternidade em relação aos adultos. A pedagogia da palmada se distingue das outras, utiliza-se de um foco inovador: o da humanização das penas e o da psicologização do castigo. Também conhecido como o “psicotapa”, este método não enfatiza a crueldade e sim tem a intenção de marcar corpos indisciplinados, não eximindo este ato de ser violento. Assim, afirma-se que, no contexto histórico, bater em filhos é tida como uma prática legitimamente educativa.

Segundo Guerra (apud STEINER, 1986) não existe uma explicação única para o fenômeno da violência de pais contra filhos, sendo que a abundante literatura

¹² Palmatória: Objeto circular de madeira, com cinco furos em cruz e um cabo, que se usava pra castigar crianças batendo-lhes na palma da mão (Nova Cultura, 1992).

traz basicamente três teorias explicativas; as psicodinâmicas, as de aprendizagem social e as sócio-psicológicas.

As teorias psicodinâmicas afirmam que o comportamento agressor se dá através de traços de personalidade e estados, pressupondo que todo agressor é patológico, ou seja, tem-se a impressão de que todas as pessoas que maltratam crianças são portadoras de doenças mentais. Entretanto, “o ponto de vista atual é que talvez apenas 10% dos pais que maltratam mostrem desordens severas de personalidade ou psicoses” (SWEET 1979, apud STEINER, 1986, p. 49).

O grupo de teorias de aprendizagem social resgata a idéia de que o comportamento violento pode ser aprendido. Destacamos o estudo dos psiquiatras americanos Steele e Pollock, que durante cinco anos e meio acompanharam sessenta famílias de classes diversas nas quais haviam ocorrido agressões significativas em bebês e crianças pequenas. Estes discordam do perfil geralmente formulado dos pais agressores, no sentido de que são considerados como “imaturos”, “sodomasoquistas”, “egocêntricos”, “narcisistas”. “Eles colocam que tais adjetivos são aplicados a agressores de crianças, mas que podem prevalecer para todas as pessoas de modo geral, acrescentando pouco a uma compreensão específica do problema”. (GUERRA, apud STEINER, 1986, p.50).

Os referidos psiquiatras se concentram mais na análise da interação entre agressor e vítima. Perceberam, em seu estudo, que os pais geralmente tinham expectativas não realistas em relação aos filhos, bem como esperavam destes total submissão à sua autoridade. Os autores analisaram também o histórico de vida destes pais, percebendo que eles usaram com os filhos o estilo educacional a que foram submetidos em sua infância. Esta linha teórica se revela mais promissora, pois, na medida em que a agressão possa ser entendida como um comportamento aprendido e não como decorrente dos atos de uma personalidade “doente”, há perspectivas de mudança deste comportamento.

No grupo de teorias sócio-psicológicas destaca-se a defesa do sociólogo Richard Gelles, este propõe uma multiplicidade de fatores para explicar a violência contra crianças. Analisa as características sociais dos agressores, as das vítimas e a situação contextual do próprio ato violento. Dentre estes fatores podem ser destacados a posição social dos pais, seus valores e normas, sua socialização anterior principalmente no que diz respeito ao aprendizado de violência no próprio

lar, seus traços de personalidade, problemas de ordem neurológica, eventuais situações de estresse que estejam vivendo. Estas teorias resgatam fundamentalmente a contribuição da criança para o ato agressivo. Muitas vezes, ela apresenta problemas de saúde que demandam cuidados intensivos dos pais ou, até mesmo, pode ser uma criança com sérios problemas disciplinares, que a família tenta resolver através da imposição de violência. (GUERRA, apud STEINER, 1986).

Segundo Guerra (apud STEINER, 1986) nas teorias apresentadas notam-se grandes controvérsias e problemas metodológicos. Há a necessidade de se avançar mais do ponto de vista teórico, pois somente assim pode-se contribuir para uma melhor compreensão e prevenção do fenômeno.

No próximo capítulo apresentaremos nossa pesquisa, na qual enfatizaremos o perpetrador da violência física intrafamiliar, ou seja, o agressor. Realizaremos uma reflexão sobre as motivações que levaram esses sujeitos a praticarem e reincidirem a violência física contra crianças e adolescentes.

2 UM OLHAR SOBRE O AGRESSOR FÍSICO REINCIDENTE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

2.1 PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Conforme mencionado na apresentação deste trabalho, para atender à proposta de estudo do agressor físico reincidente, realizamos uma pesquisa exploratória de caráter quali-quantitativo nos dossiês onde constavam registros de violência física reincidentes diagnosticados pelo Programa Sentinela/Projeto SOS¹⁰ Criança de Florianópolis no ano de 2004.

No primeiro momento de nossa pesquisa solicitamos a autorização junto ao Programa Sentinela para desenvolver a pesquisa, para, posteriormente, realizarmos o levantamento de dados no arquivo do Programa.

Inicialmente verificamos que de um total de 1347 denúncias recebidas e atendidas pelo Programa Sentinela, 351 eram denúncias de violência física, sendo que destas 78 eram reincidentes, ou seja, 26% das denúncias correspondiam à agressão física praticada contra a população infanto-juvenil.

Propusemo-nos, em virtude do grande número de casos atendidos neste período, a investigar uma amostra de casos encerrados, ou seja, uma parte dos elementos que compõem esse universo. Das 78 denúncias reincidentes atendidas e encerrados pelo Programa em 2004, escolhemos, aleatoriamente, 24 dossiês (amostra inicial) para a realização da pesquisa documental, o que corresponde a 30,8% do universo.

Destes 24 dossiês selecionados elegemos, ainda, quatro dossiês (amostra final) (16,7%), a partir dos seguintes critérios:

- ❑ Denúncias polireincidentes;
- ❑ Longo período de vitimização: da infância à adolescência.

¹⁰ Até o ano de 2004, o Projeto SOS Criança recebia as denúncias de violência (geralmente pelo disque-denúncia 0800-643-1407) e procedia a averiguação das mesmas. Nossa pesquisa foi realizada nestes dossiês. A partir de 2005 a averiguação inicial passou a ser realizada pelo Conselho Tutelar, e apenas os casos mais complexos passaram a ser encaminhados para atual Equipe de Diagnóstico.

- Violência física perpetrada com a utilização de instrumentos pelo agressor.

A consulta aos dossiês apresentou algumas limitações, pois tivemos dificuldades na coleta de dados, em razão de muitos arquivos estarem incompletos. Observamos que muitos dossiês não continham os relatos dos agressores, provavelmente devido ao fato de estes se recusarem a comparecer aos atendimentos e, por consequência disto, às abordagens feitas não eram tão freqüentes quanto às realizadas com as vítimas.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA INICIAL DE DENÚNCIAS REINCENTES DE VIOLÊNCIA FÍSICA

Nos 24 dossiês pesquisados foram encontrados 32 agressores, sendo que, em alguns casos, há mais de um agressor por família.

Os dossiês estudados são provenientes de quatro regiões do município de Florianópolis, como mostra a tabela 1.

	Procedência do agressor	
	<i>Número absoluto</i>	<i>Número relativo (%)</i>
Continente	11	34.3%
Centro	07	21.9%
Sul	07	21.9%
Norte	07	21.9%
TOTAL	32	100%

Tabela 1: Procedência do agressor

O maior número de agressores são procedentes do continente. Entendemos que o fato se dá por essa região concentrar parte do contingente populacional procedente de outros municípios de Santa Catarina, que vem em busca de empregos e de uma vida melhor e se aglomeram nessas regiões.

Segundo Pimenta e Pimenta (2003) Florianópolis viu sua ocupação se multiplicar rapidamente na última década, em virtude do aumento da migração de setores empobrecidos da população para a capital. Os morros e

favelas localizadas no centro e no continente têm sido uma das alternativas encontradas pela população de baixa renda, como estratégia para viabilizar sua permanência na cidade. Esta população não dispõe de recursos suficientes para entrar no setor habitacional regularizado, assim, são obrigados a procurar áreas residuais do espaço urbano, com um custo menor de acesso à terra.

Vale salientar que ao lado da insuficiência da infra-estrutura urbana, existe, mesmo assim, a melhoria do acesso a serviços urbanos comparativamente aos locais de origem. A população que migra das áreas rurais, além da oportunidade de emprego, almeja melhores condições de vida, ou seja, poder ter acesso à escolaridade e aos serviços de saúde principalmente.(PIMENTA; PIMENTA, 2003).

Nos dossiês pesquisados verificamos que 14 famílias eram provenientes de outras regiões do estado, bem como apresentavam grande carência econômica e por esse motivo procuravam moradia nos locais que lhes eram mais acessíveis, como nos morros do centro e do continente de Florianópolis. Nos relatos muitas vezes os agressores alegavam suas falhas e atitudes violentas em relação aos filhos pela falta de oportunidades, pelo desemprego, carência econômica, enfim ao estresse estrutural que os referidos problemas trazem a esta população. Porém, cabe informar que quando esse fato não era mencionado pelo agressor muitas vezes era explicitado no Parecer Técnico do atendimento à família, ou seja, mesmo sem a fala do sujeito abusador o profissional que prestava atendimento à família¹¹ subentendia que o comportamento agressivo era facilitado pelos fatores mencionados.

Em relação ao sexo dos agressores predominou a figura feminina, ou seja, 19 mulheres e 13 homens, o que corresponde a 59,6% e 40,4% respectivamente. Quanto ao grau de parentesco do agressor em relação à vítima notamos que a genitora é o agressor mais freqüente e representa 50% dos sujeitos pesquisados, ou seja, 16 mães num total de 32 agressores, conforme mostra a tabela 2.

¹¹ Geralmente Assistentes Sociais, Educadores Sociais e Psicólogos.

	Grau de parentesco entre agressor e vítima	
	<i>Número absoluto</i>	<i>Número relativo (%)</i>
Genitora	16	50%
Padrasto	06	18.8%
Genitor	05	15.6%
Tia	02	6.3%
Avôdrasto	01	3.1%
Prima	01	3.1%
Cônjuge	01	3.1%
TOTAL	32	100%

Tabela 2: Grau de parentesco entre agressor e vítima

Sabemos que a família contemporânea convive com mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas no país e no mundo, evidenciando uma nova configuração: separações, novas uniões, ausência de um dos genitores (normalmente o pai), pouco tempo de supervisão dos pais em relação aos filhos.

A ausência paterna é um fato marcante neste novo arranjo familiar. Assim, a genitora passa a ter que trabalhar fora do domicílio e a cuidar solitariamente da família, diminuindo ainda mais o contato com os filhos e reduzindo o espaço de aprendizado. As mulheres acabam por assumir uma jornada que as sobrecarrega, fazendo com que tenham cada vez menos tempo para o acompanhamento diário dos filhos, influenciando negativamente no desenvolvimento sadio deles. Muitas vezes essas atitudes acabam levando o jovem a se socializar cada vez mais em outros espaços e influências, freqüentemente também permeados pela violência.

A genitora é geralmente apontada como o agressor mais freqüente. Além de passar mais tempo com os filhos, cabe a ela a tomada de decisões diárias. A rotina doméstica, com tarefas repetitivas e pouco criativas, provoca frustrações freqüentes mencionadas por elas, as quais se refletem no trato com os filhos, provocando comportamentos violentos. Provavelmente, se os pais permanecessem com os filhos o mesmo tempo que as mães permanecem, estes figurariam nas estatísticas em maior número (DESLANDES; 1994). Situações estas muitas vezes evidenciadas nos dossiês pesquisados.

Saffioti, (1997, p. 11), concordando com a idéia de que a mãe é a agressora, mais constante, afirma que:

Sobretudo na ausência masculina, a mulher se torna toda poderosa em relação a seus filhos, cometendo numerosos atos de violência contra as crianças. Na ausência do chefe da família, a mulher assume seu lugar, apropriando-se do poder que cabe àquele para desempenhar a tarefa de socializar a geração mais jovem, atribuída, na esmagadora maioria da sociedade, à mãe.

Segundo Gaiarsa (1986) na maioria das vezes as mães alternam períodos de demasiada tolerância, com gradual acúmulo de raiva, que pode culminar com atos de violência, isto devido o mito da bondade materna que impede o reconhecimento e aceitação da mãe má. O que mais prejudica as mães e a família como um todo é o fato de a “raiva materna” ser negada, justamente porque só nos é permitido enxergar as boas ações das mães, e jamais reconhecer que elas podem ser maldosas. Assim, “se as pessoas não esperassem tanto da mãe – como pressão social e preconceito – mesmo as mães mais precárias seriam melhores” (GAIARSA, 1986, p. 30). Entendemos, assim, que a sociedade precisa reconhecer a incapacidade das mães de serem “completas” e, de contrapartida, repensar o mito da bondade materna.

Os pais e padrastos, por sua vez, detêm o poder familiar; que é um contrasenso, pois, muitas vezes, ao invés de proteger usam de seus poderes para intimidar e vitimizar crianças e adolescentes.

Vale comentar sobre algumas particularidades encontradas nos dossiês pesquisados. Em um dos dossiês o cônjuge era o agressor, fato este que foi evidenciado em duas reincidências de denúncias. A mãe, uma adolescente (14 anos de idade), era violentada fisicamente pelo companheiro já há algum tempo, sendo a violência denunciada pela comunidade que presenciava as cenas de agressão física. Entretanto em uma das denúncias o teor denunciado referia-se a negligência da adolescente (mãe) para com o filho, um bebê de quase um ano de idade. Entendemos que este fato, possivelmente, se dava devido à falta de informação da adolescente, bem como pela situação em que se encontrava, na qual sofria a violência e, provavelmente, a reproduzia em relação ao filho.

A distribuição da idade dos agressores apresentou-se na faixa etária dos 20 aos 56 anos, sendo que a faixa etária mais representativa foi dos 20 aos 39 anos, seguidos da faixa etária dos 40 aos 49 anos e não tendo tanta visibilidade a faixa etária dos 50 aos 56 anos de idade. Conforme mostra a tabela 3.

	Grau de parentesco entre agressor e vítima	
	<i>Número absoluto</i>	<i>Número relativo (%)</i>
20 aos 29 anos	09	28.1%
30 aos 39 anos	09	28.1%
40 aos 49 anos	08	25%
50 aos 56 anos	03	9.4%
Não informado	03	9.4%
TOTAL	32	100%

Tabela 3: Faixa etária dos agressores

De acordo com a tabela 3 é na faixa etária dos 20 aos 49 anos, que corresponde a faixa adulta, que comumente estão inseridos os responsáveis pela renda familiar. Estes, devido a vários fatores como o desemprego, a falta de oportunidade, o grande número de filhos e muitas vezes o refúgio encontrado no álcool e nas drogas, se sentem “de mãos atadas” não sabendo por onde seguir e muitas vezes descontam nos filhos suas frustrações e desalentos.

A incidência de agressores da faixa etária de 50 a 56 anos não foi tão significativa visto que em muitos dos dossiês pesquisados constatamos famílias jovens, em que geralmente convivem genitora e genitor, genitora e padrasto ou somente a mãe com os filhos, ou seja, famílias nas quais não se tinha visibilidade da família extensa (avós, tios, primos) ou que mesma não residia no local ou nas proximidades.

Podemos também compreender que a faixa etária dos 50 aos 56 anos não foi tão expressiva, provavelmente, porque os filhos, já cresceram nesta etapa da vida dos pais.

Quanto ao grau de instrução do agressor, a maioria havia freqüentado o ensino fundamental. Entretanto muitos dossiês não apresentam esta informação, fazendo com que esse dado ficasse prejudicado. Os dossiês não explicitavam o grau de instrução de 12 agressores; 16 tinham freqüentado o ensino fundamental (1ª a 8ª série); dois não eram alfabetizados; um havia feito até ensino médio e um tinha curso superior incompleto.

No que se refere à ocupação profissional, constata-se maior incidência dos empregos informais, conforme os dados da tabela 4.

	Ocupação profissional do agressor	
	<i>Número absoluto</i>	<i>Número relativo (%)</i>
Do lar	07	21.9%
Doméstica	05	15.6%
Não informado	04	12.5%
Motoboy	03	9.4%
Serviços gerais	02	6.3%
Vigia / zelador	02	6.3%
Desempregado	02	6.3%
Vendedora	01	3.1%
Servente	01	3.1%
Pintor	01	3.1%
Catador de Papelão	01	3.1%
Servidor público	01	3.1%
Panfleteiro	01	3.1%
Autônomo	01	3.1%
TOTAL	32	100%

Tabela 4: Ocupação profissional do agressor

Entendemos que o grau de instrução e a ocupação profissional do agressor podem ser interpretadas conjuntamente, pois estão correlacionadas.

Sabemos que a violência física intrafamiliar não acontece apenas nas famílias desfavorecidas da população brasileira, sendo um fenômeno que ultrapassa as fronteiras de classe social, porém, as classes mais favorecidas podem se beneficiar do “complô do silêncio”, uma vez que podem ser atendidas pela rede privada de assistência médica e escolar, pagando pela discrição e pelo sigilo. Assim, queremos dizer que a maioria das ocorrências e registros de denúncias de violência intrafamiliar é feita por pessoas de classes menos favorecidas, criando a falsa impressão de que, especialmente, o pobre e o ignorante maltratam seus filhos. A miséria passa a ser, então, responsabilizada pela violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Entendemos que algumas variáveis relevantes para a identificação da origem da violência estão na pobreza, na falta de oportunidades e no pouco acesso à

educação, em que os jovens, cada vez mais cedo, começam a trabalhar para contribuir com a renda familiar e muitas vezes tem que deixar os estudos, por este motivo. Deste modo, pelo fato de a maioria das denúncias serem oriundas de famílias de uma classe social desfavorecida geralmente os agressores têm um grau de instrução inferior.

Segundo Reis (1993) existe ampla evidência empírica de que a educação leva à principal forma de desigualdade de renda no Brasil, muito mais importante do que outros condicionantes, como a raça, o sexo ou a região de residência das pessoas. O autor revela que estudos sobre a composição social de estudantes de nível superior mostram que, embora a proporção de filhos de classes médias e altas seja relativamente superior nas universidades, existem muitos alunos também que vêm de origem social mais humilde e que têm pais com pouca ou nenhuma educação. No entanto, a estagnação econômica do Brasil, nos últimos anos, tem mostrado o seu outro lado, ou seja, o mercado de trabalho não se expande, ao mesmo tempo em que aumentam cada vez mais as exigências de qualificação para os trabalhadores.

Reis (1993) ainda comenta que o papel diferenciador e seletivo da educação se acentua pela grande variedade dos sistemas educacionais no país. Assim, se todos os jovens tivessem acesso ao mesmo tipo de educação, e pudessem chegar à conclusão do processo de instrução formal em igualdade de condições, teríamos uma situação de igualdade de oportunidades, mesmo com um mercado de trabalho restrito. Contudo, a qualidade da educação oferecida pelas escolas públicas em geral é extremamente precária, sendo que as melhores escolas são as particulares, só acessíveis a famílias de renda média e alta. Por outro lado, a má qualidade da educação pública exerce papel preponderante no mecanismo de inclusão/exclusão social.

Conforme observamos nos casos estudados, pode-se dizer que parte do descontrole dos pais em relação aos filhos pode ser atribuída à privação social, especialmente ao desemprego e à falta de dinheiro. Nesses casos, as raízes da violência estariam no contexto de vida das pessoas, que as impede de realizar suas aspirações. A frustração imposta pela falta de acesso aos bens e serviços indispensáveis à satisfação das necessidades básicas humanas acaba atingindo a vida de crianças e adolescentes como ponto de partida da violência. Queremos dizer, assim, que o fato de a ocupação dos agressores ser muitas vezes a da informalidade, esta deve-se à falta de oportunidades, de profissionalização, entre outros.

Vale salientar que segundo Guerra (2001), o trabalho é vital para a sobrevivência familiar e em nossa sociedade ele é atribuído basicamente ao homem. Deste modo o desemprego, pelas conseqüências que acarreta, pode desencadear atitudes violentas do pai em relação aos filhos, quando ele se sente prestígio aos olhos da família.

Cabe mencionar que a ocupação mais evidenciada foi a “do lar”, fato este que revela, ainda mais, os motivos de as mães serem as agressoras mais freqüentes, pois estas passam a maior parte do tempo com filhos.

Diante das informações contidas nos dossiês encontramos alguns dados que acreditamos nos aproximar um pouco mais do agressor físico reincidente, como podemos observar a seguir.

Número de Denúncias / Reincidências	
<i>Números de denúncias</i>	<i>Número de Dossiês</i>
2 a 4 reincidências	11
5 a 8 reincidências	09
9 a 12 reincidências	02
13 a 16 reincidências	01
17 a 21 reincidências	01

Quadro 1: Número de Denúncias / Reincidências

Tipo de Violência / Reincidência	
<i>Tipo de Violência</i>	<i>Número de Reincidências</i>
Violência física	37
Negligência	27
Violência física e negligência	16
Violência sexual	05
Violência física; violência psicológica e negligência	03
Violência física e violência psicológica	02
Negligência e exploração de trabalho	02
Violência psicológica	02
Violência psicológica e negligência	01
Violência física e exploração de trabalho	01
Violência física; violência psicológica e abuso sexual	01
Violência física; negligência e abuso sexual	01
Violência física e abuso sexual	01

Quadro 2: Tipo de Violência / Reincidência

Agressores Consorciados	
<i>Agressores</i>	<i>Número de Dossiês</i>
Mãe e padrasto	04
Pai e mãe	01
Pai, tia e prima	01
Avôdrasto e padrasto	01

Quadro 3: Agressores Consorciados

De acordo com os quadros apresentados vemos que nos dossiês pesquisados a polirreincidência foi preponderante, ou seja, observamos que a maioria dos dossiês (11 dossiês) apresentaram uma a três reincidências, tendo também visibilidade os dossiês que apresentaram quatro a sete reincidências (07 dossiês).

As reincidências de um modo geral mostram que o denunciante é persistente em querer ajudar a criança, mas também dão indícios de que a intervenção e a ação da própria família não foram suficientes para interromper o que podemos considerar um *continun* de violências.

Dentre estas reincidências, a leitura dos dossiês mostrou que muitas delas foram consideradas “improcedentes” e depois se verificou que procediam. Isso sugere um alerta para que os serviços invistam mais na investigação dos casos. Sob pena de que as crianças continuem a sofrer violências.

O conjunto das reincidências mostra que as crianças estavam inseridas em contextos de violências que as faziam sofrer e ficar privadas de cuidados básicos (negligência) sobremaneira, o que deixa claro o risco à que estão expostas. O estudo dos dossiês revela um subjugo de vítimas, cuja vitimização é muito mais séria do que a “materialidade” sugerida. Isso deixa claro que os serviços de proteção e até mesmo as pesquisas precisam dimensionar os riscos de exposição, pois lembramos, os casos estudados são polirreincidentes. Isso significa dizer que não houve a proteção necessária, seja por medidas psico-sociais, de saúde, de rede institucional, policiais ou judiciárias.

Encontramos 37 reincidências de violência física, entretanto, é difícil pensarmos que uma violência física ocorre sem humilhações, ameaças, chacotas, desvalias, exposição, etc. Por isso é correto afirmar que nesses casos, os agressores também lançavam mão de violências psicológicas contra as crianças e aos adolescentes.

A pesquisa também permitiu perceber um grande número de reincidências de negligência, o que entendemos que ser fortemente relacionado a carências e à falta

de recursos sócio-econômicos, características encontradas nos dossiês das famílias pesquisadas. Notamos que nos dossiês pesquisados os dois tipos de violência mais conhecidos estavam presentes (física e negligência). Alterando-se quanto à sua maior ou menor incidência, a violência sexual e a violência psicológica eram mencionadas em alguns dossiês, mais não com tanta evidência.

No Brasil há uma pobreza muito grande de dados confiáveis sobre violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. É importante ressaltar que a ausência de dados no Brasil a respeito desta questão é preocupante, visto que as informações estatísticas constituem num fator importante quando se deseja estabelecer uma política de atendimento consistente e comprometida com a infância vitimizada no lar, impedindo por outro lado que se façam informações infundadas sobre esta problemática. (AZEVEDO; GUERRA, 2005).

Encontramos em sete dos 24 dossiês pesquisados a inclusão de agressores consorciados. Deste modo a perpetração da violência envolve mais de um adulto da família conferindo um maior sofrimento e risco à vítima, que não tem para quem recorrer, para quem pedir ajuda.

Podemos ainda mencionar que com a sucessão das intervenções realizadas pelo Programa Sentinela um fato fica notório, ou seja, a circulação de alguns agressores na vida das vítimas, sendo que primeiramente o pai é o agressor, e depois de uma separação ou falecimento do mesmo o novo companheiro (padrasto) da mãe se torna também agressor, revitimizando, ainda mais, essas crianças.

2.3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE QUATRO DOSSIÊS COM DENÚNCIAS POLIRREINCIDENTES DE VIOLÊNCIA FÍSICA – AMOSTRA FINAL

2.3.1 Apresentação de quatro dossiês pesquisados

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, para estudar o agressor físico reincidente de crianças e adolescentes, estabelecemos como instrumento a pesquisa documental dos dossiês dos casos diagnosticados pelo Programa Sentinela no ano de 2004. Apresentamos a seguir síntese de quatro casos de violência física polirreincidentes registrados em arquivo do Programa. Cabe informar, que os nomes

verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios, a fim de preservar a identidade das pessoas envolvidas.

Primeiro Dossiê:

Composição Familiar:

Componentes	Idade em 2004
Izete (genitora), cursou até a 3ª série primária, trabalha como vendedora.	46 anos
Rubião (padrasto) – (no dossiê não mencionava o grau de escolaridade e a profissão do padrasto)	42 anos
Fabiano	08 anos
Isabela	13 anos
Francisco	16 anos

Primeira denúncia: No ano de 1992 o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela¹² recebeu denúncia de violência física contra a criança Francisco (04 anos de idade) informando que a genitora Izete maltratava e espancava o filho com fio de luz, aparentemente sem motivo e que eram quase sempre duas “surras” por dia. O genitor era falecido e as crianças tinham um padrasto chamado Rubião.

Na verificação do caso, feita por um educador social do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela foi constatado que a denúncia era improcedente. Segundo o educador social, a criança não apresentava sinais de maus-tratos, estava matriculada e freqüentando a creche e não houve nenhuma manifestação feita pelo estabelecimento escolar sobre a agressão física.

De acordo com os relatos feitos pelo educador social, nas falas da genitora e do padrasto ficou explícita a presença de conflito familiar envolvendo a avó materna desde antes do nascimento de Francisco. Ainda de acordo com o relato do educador o caso foi encerrado até que novas informações fossem repassadas e que pudessem comprová-las.

Segunda denúncia: Três anos depois o Projeto SOS/Programa Sentinela Criança recebeu nova denúncia de violência física, violência psicológica e possível

¹² O Programa Sentinela foi implantado no ano de 2000 no município de Florianópolis, entretanto desde 1991 existia o Projeto SOS Criança neste município. Neste trabalho utilizaremos estas duas nomenclaturas em conjunto, pois algumas denúncias foram atendidas pelo antigo Projeto SOS Criança e posteriormente pelo atual Programa Sentinela.

violência sexual contra a criança Francisco (07 anos de idade) por parte do padrasto. Segundo a denúncia Rubião, que era alcoolista e usuário de drogas, começou a maltratar Francisco após o nascimento do outro filho do casal, Isabela (04 anos de idade). O padrasto utilizava-se de socos e pontapés e verbalizava que iria estuprar o enteado Francisco.

A denúncia foi feita pela genitora que mencionou que se sentia impotente frente à agressão física e a ameaça de estupro feita ao filho Francisco.

O caso foi repassado ao Serviço Social do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela.

Nas abordagens feitas com a criança esta verbalizou que o padrasto batia com fio de luz. A genitora, por sua vez, relatou que também apanhava do marido. Foi verificada que a situação de pobreza e a falta de higiene era extrema.

Em abordagem com o padrasto este relatou que Francisco “só dava incomodação” (sic), que não o respeitava e que a genitora o coloca contra ele. Não desmentiu as agressões, porém disse que nunca bateu “de machucar” (sic) e nem “deixou marcas” (sic). Disse que quem agredia a criança com mais frequência era a genitora Izete. Negou a violência sexual e disse que se mencionou estuprar Francisco foi apenas para incomodar a companheira pelas excessivas insinuações da mesma. Sobre o uso de álcool e drogas disse que fazia uso de bebidas alcoólicas, porém achava que as “bebedeiras” (sic) não influenciavam nos conflitos familiares.

Segundo o relato da assistente social que atendeu a família o padrasto se mostrou paciente e receptivo às informações, porém colocando-se na defensiva. A genitora não demonstrou interesse nas orientações, disse que não viria aos atendimentos porque tinha “mais o que fazer” (sic) e os vizinhos confirmaram o teor da denúncia dizendo que genitora e padrasto batiam todos os dias em Francisco.

No parecer social, a assistente social apontava que havia conflito entre o casal, com agressões mútuas induzindo a criança a ficar contra um e o outro.

O parecer psicológico explicitava que a genitora era bastante alterada, que a mesma disse que pretendia o afastamento do companheiro do lar, porém se negava a comparecer aos atendimentos alegando que não tinha dinheiro para o transporte e nem tinha com quem deixar os filhos. O caso foi repassado ao Conselho Tutelar para que tomasse as devidas providências.

Terceira denúncia: Após três anos outra denúncia de violência envolvendo a família chegou ao Projeto SOS Criança. Desta vez contra a criança Isabela (07

anos de idade) e perpetrada pela genitora. Segundo a denúncia a genitora costumava manter relações sexuais com vários parceiros na frente dos filhos; Francisco (10 anos de idade) “mantinha relações sexuais” com a irmã; um colega de Francisco também havia abusado de Isabela e a genitora não tomava nenhuma providência.

Segundo os relatos da assistente social que atendeu a denúncia a genitora alegou que batia nas crianças porque considerava método de disciplina. Quanto a negligência a genitora atribuiu a situação sócio-econômica. Sobre a violência sexual negou que mantivesse relações sexuais na frente dos filhos e disse que não tinha conhecimento sobre episódios sexuais entre seus filhos. Disse que soube que um amigo do filho Francisco tinha “mexido” (sic) com Isabela e que por este motivo a filha não queria mais ir para a escola. Mencionou ainda que os filhos de seu primeiro casamento foram violentados sexualmente pelo pai e que ela os abandonou. Não foi constatado uso de drogas e álcool pela genitora.

As crianças Francisco e Isabela negaram qualquer episódio sexual entre eles, porém afirmaram que o amigo de Francisco tinha mantido “relações sexuais” com Isabela. Francisco relatou que fazia comida, que cuidava dos irmãos e que batia nestes com cinta quando não obedeciam. Segundo relato, Francisco se sentia “capaz” de cuidar dos irmãos.

Foram feitos alguns encaminhamentos para creches e projetos, para as crianças.

Neste ínterim as técnicas do projeto entraram em férias e a assistente social do Projeto Casa da Cidadania para onde as crianças tinham sido encaminhadas informou ao Projeto SOS Criança/Programa Sentinela que Francisco e Isabela estavam faltando ao projeto e sendo negligenciados pela genitora.

Quarta denúncia: Quatro meses depois uma outra denúncia chegou ao Projeto SOS Criança/Programa Sentinela. Nesta ocasião a denúncia envolvia as crianças Fabiano (02 anos de idade) e Isabela (07 anos de idade). Na denúncia constava que as crianças estavam lesionadas após surra recente.

De acordo com os relatos da assistente social do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela, que atendeu a denúncia, a genitora verbalizou que queria entregar a filha Isabela para a madrinha e negou o teor denunciado. As crianças relataram que as lesões foram decorrentes de tombos; que Fabiano tinha caído e que Isabela, quando ameaçada pela mãe com uma cinta, se virou e a fivela pegou em seu rosto e que Francisco tentou fugir das investidas da mãe e caiu. As

crianças verbalizaram ainda que o episódio tinha ocorrido porque as mesmas desregularam a televisão.

Diante dessas informações registrou-se Boletim de Ocorrência e as crianças foram conduzidas até o IML - Instituto Médico Legal para realização de exame de corpo delito, porém, na entrevista feita neste órgão as crianças retrataram a violência sofrida dizendo que as lesões eram decorrentes de tombos no Projeto Casa da Cidadania, que freqüentavam.

No parecer social da situação constava que a situação de violência física e negligência na família era polirreincidente. A violência sexual incestuosa (entre os irmãos) não foi confirmada e a violência sexual por terceiros (colega da vítima) estava sendo atendida pelo Conselho Tutelar. Após o Boletim de Ocorrência a genitora se recusou a comparecer aos atendimentos. No parecer constava a necessidade de acompanhamento psicológico para mãe e crianças, especialmente pelo histórico familiar. O caso foi repassado para o Conselho Tutelar para advertência e garantia da efetivação dos encaminhamentos.

Quinta denúncia: Três meses depois o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela recebeu duas denúncias envolvendo a criança Fabiano (03 anos de idade). Na primeira contava que Fabiano estava com vitiligo e queimaduras pelo corpo. A denúncia foi imediatamente atendida por um educador social e a criança foi levada ao hospital onde foi detectado que Fabiano estava com pneumonia e feridas pelo corpo. Assim, foram prestadas informações a genitora quanto ao cuidado com a criança. No parecer técnico do educador social não foi diagnosticada negligência materna.

Sexta denúncia: Na segunda denúncia constava que Fabiano foi encontrado depois de estar perdido no bairro Areias do Campeche. A criança relatou que estava no Centro de Florianópolis com a mãe e que pegou o ônibus errado. Foi conduzido até a residência e ficou sob os cuidados de uma tia e do irmão Francisco.

Sétima denúncia: Após cinco meses Francisco (11 anos de idade) procurou espontaneamente o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela procurando por abrigo. Relatou que se evadiu do lar pela violência física constantemente vivenciada. Na ocasião Francisco foi encaminhado para uma Casa Lar. No parecer técnico constava que a situação de violência física e negligência era polireincidente na família, impelindo Francisco aos hábitos de rua. A situação foi repassada ao Conselho Tutelar.

Oitava denúncia: Depois de oito meses chegou ao Projeto SOS Criança/Programa Sentinela nova denúncia com teor de que a genitora obrigava Isabela (09 anos de idade) a mendigar.

Segundo o relato da assistente social que atendeu a denúncia a mãe estava alterada e disse que o Projeto “só perturba sua vida” (sic) e que havia tirado a filha da escola porque ela iria morar com parentes e a tinha tirado do projeto Casa da Cidadania porque havia brigado com a coordenadora do referido projeto. Negou que obrigava a filha Isabela a mendigar e disse também que iria “dar” (sic) o filho Fabiano para não se incomodar mais. No parecer social foi diagnosticada a situação de negligência e exploração econômica. A situação foi comunicada ao Conselho Tutelar para que tomasse as devidas providências.

Nona denúncia: Após oito meses Francisco (13 anos de idade) – que se encontrava na Casa de Passagem – foi encaminhado ao Projeto SOS Criança/Programa Sentinela porque apresentava marcas no corpo. O adolescente se recusou a registrar Boletim de Ocorrência e disse que havia se machucado sozinho, logo se evadiu do projeto, bem como da Casa de Passagem.

Décima denúncia: Depois de dois anos e meio a última denúncia chegou ao Projeto SOS Criança/Programa Sentinela. Nela constava que Fabiano (08 anos de idade) estava na Casa de Passagem, pois foi vítima de maus tratos (queimaduras) perpetrados pela genitora.

Segundo relatos da assistente social a criança disse que saiu de casa porque a genitora havia lhe batido com uma tábua. Na ocasião não foi observado sinal de hematoma. Quanto as queimaduras disse que eram decorrentes da exposição no sol quando foi trabalhar num estacionamento. Afirmação que foi confirmada pelo diagnóstico médico. Na ocasião verificou-se que a família já estava em atendimento no Projeto Acorde/Programa Sentinela e a situação foi repassada para este projeto.

Segundo Dossiê

Composição Familiar:

<i>Componentes</i>	<i>Idade em 2004</i>
Ivone (genitora), 2ª grau completo, do lar.	32 anos
João (padrasto de Jeison, Luciano e de Marcos Paulo; pai de Weliton e João Júnior) obs.: no dossiê não mencionava grau de escolaridade e ocupação profissional deste.	Não informado
Luciano	06 anos
Jeison	11 anos
Weliton	12 anos
Marcos Paulo	14 anos
João Júnior	18 anos

Primeira denúncia: Em 2001 o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela recebeu uma denúncia de violência física praticada pela genitora e pelo padrasto contra as crianças Jeison (08 anos de idade) e Luciano (03 anos de idade). Segundo a denúncia as crianças eram agredidas com cinta, fio de luz, mangueira, socos e pontapés.

No atendimento da denúncia o teor denunciado foi confirmado pelas crianças que relataram também que a mãe falava palavras de baixo calão.

Segundo os relatos do educador social que atendeu a denúncia a genitora e o padrasto disseram que só batiam nas crianças com a mão e com chinelo. Não se deu continuidade a intervenção, pois a família mudou para o município de Biguaçu. Assim, o Conselho Tutelar do referido do local foi informado para que continuasse o atendimento à família.

Segunda denúncia: Um ano depois nova denúncia foi recebida pelo Projeto SOS Criança/Programa Sentinela, em que constava que Luciano (04 anos de idade) foi encontrado perdido no bairro da Costeira, estava com fome, com uma lesão no rosto e em condições precárias de higiene. Foi registrado Boletim de Ocorrência¹³ e a criança foi encaminhada para a Casa de Passagem.

Terceira denúncia: Depois de três meses o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela recebeu a denúncia que a genitora e o padrasto agrediam com frequência

¹³ No dossiê não havia informações se a polícia ou a subsequente justiça criminal fez o papel de responsabilização dos pais.

Jeison (08 anos de idade) e Luciano (03 anos de idade) e que os mesmos ficavam até “altas horas” (sic) na rua.

Através dos relatos do educador social que atendeu a denúncia a genitora e o padrasto afirmaram que, quando necessário, aplicavam “corretivos” (sic) nas crianças. Disseram também que Jeison tinha problemas de comportamento e que não sabiam lidar com isso.

Segundo parecer técnico não havia marcas no corpo das crianças, porém foi verificado um possível desequilíbrio emocional por parte do casal. O caso foi repassado ao Conselho Tutelar para que tomasse as devidas providências.

Quarta denúncia: Após dois meses o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela recebeu denúncia de que Luciano (03 anos de idade) e Jeison (08 anos de idade) eram negligenciados, que os pais não trabalhavam, que mandavam as crianças pedirem comida e que a criança mais velha estava praticando furtos.

Quinta denúncia: Vale salientar que após uma semana a denúncia reincidiu, sendo detectada negligência severa por parte da genitora e do padrasto.

No atendimento das denúncias, feita por um educador social, a genitora verbalizou que não batia no filho e que o mesmo não “parava em casa” (sic). Luciano disse que a mãe e o padrasto batiam nele; que pedia comida para os vizinhos e que ficava até tarde na rua. No parecer técnico ficou evidenciado que a genitora era negligente e irresponsável, que a família estava passando por dificuldades econômicas e que parte da renda vinha da ajuda de vizinhos.

Sexta denúncia: Depois de quatro meses a denúncia de violência física perpetrada pela genitora contra Luciano (04 anos de idade) e Jeison (09 anos de idade) reincidiu novamente.

Segundo os relatos do educador social que atendeu o caso, o teor denunciado foi negado pelas crianças, pela genitora e pelo padrasto. A genitora relatou que estavam passando por dificuldades; que recebiam doações dos vizinhos; disse que as crianças não ficavam na rua, apenas brincavam na rua quando o genitor não estava em casa, caso contrário brincavam no quintal.

No parecer social foi recomendado à família o atendimento social pelo do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela, devido o quadro de polireincidência das denúncias de violência física e negligência severa.

Sétima denúncia: Três meses depois a denúncia reincidiu com o teor de que “a genitora era negligente; que surrou Luciano com um pau; que o padrasto também

surrava a crianças e que Luciano (04 anos de idade) e Jeison (09 anos de idade) pediam comida na rua”.

Em abordagem as crianças confirmaram o teor denunciado. Os agressores, por sua vez, negaram o fato.

O parecer social indicava novamente acompanhamento urgente da família, porém a mesma continuava na fila de espera para o atendimento social.

Oitava denúncia: Após nove meses o serviço social do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela assumiu o caso.

De acordo com relatório da assistente social do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela que atendeu o caso, a genitora, Marisa, demonstrou ser uma pessoa ansiosa, impulsiva, alegava que batia no filho porque “Luciano havia espancado um colega na escola” (sic). “Não agüento mais ele” (sic), disse a mãe. A criança precisava de tratamento especial por notar-se que Luciano era realmente agitado e havia a hipótese de ser uma criança hiperativa. A escola relatou sobre o comportamento de Luciano. Em visita notou-se que Jeison reproduzia a violência vivenciada, que batia no irmão. A genitora relatou que havia se separado do companheiro João e que este era mais rígido com as crianças e que ultimamente não estava mais agredindo os filhos como antes.

Ainda, segundo o relatório da assistente social, alguns familiares relataram que já estavam cansados de aconselhar a genitora a mudar de comportamento e nada mudava.

Nas abordagens feitas com Jeison e Luciano estes relataram que o padrasto batia com as mãos e com o chinelo e que o padrasto sempre batia mais do que o pai.

No decorrer do acompanhamento à família, a genitora e o padrasto de reconciliaram, e a violência física foi amenizada. João começou a acompanhar Luciano no tratamento no CAPSi, as crianças estavam mais tranquilas, entretanto a genitora reclama: “ não agüento mais o Luciano” (sic).

Jeison foi morar com o avô paterno, pois tinha bom vínculo com este e aceitava suas ordens.

No parecer social constava que a genitora e o padrasto utilizavam de violência física como recurso de educação e negligenciavam as crianças. A genitora não exercia a maternidade com responsabilidade necessária ao desenvolvimento físico e psicológico dos filhos, na medida em que negligenciava os cuidados básicos à saúde das crianças; tinha dificuldade em absorver as demandas da família;

colocava-se sempre na defensiva; justificava suas ausências ou falhas pelo fato de ter muitos filhos, por falta de tempo e pela carência econômica. A intervenção do serviço social possibilitou algumas mudanças na dinâmica familiar, principalmente no que se refere a perpetração da violência física e a compreensão da criança como decorrente do contexto no qual está inserida.

O Conselho Tutelar foi informado e os responsáveis foram notificados. Foi recomendado o prosseguimento do atendimento psicopedagógico de Luciano e o acompanhamento sistemático da família pelo Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar (POASF).

Terceiro Dossiê

Composição Familiar:

Componentes	Idade em 2004
Pedro Paulo (genitor), cursou até a 4ª série, desempregado – trabalha como pedreiro fazendo biscate.	39 anos
Sarita (tia)	Não informado
Gabriela (prima)	24 anos
Lauro	08 anos
Carlos	09 anos
Antônio	12 anos
Sinara	14 anos
Francine	16 anos
Patrícia	18 anos

Primeira denúncia: Em 1998 o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela recebeu denúncia com o seguinte teor: “o genitor era usuário de drogas e bastante negligente com as crianças (o que se agravou com a morte da genitora); que o genitor e amigos ficam “cheirando” (sic) até altas horas da noite, acreditava que fosse na frente das crianças”.

Segundo os relatos da assistente social que atendeu a denúncia quando a abordagem foi realizada o genitor estava alcoolizado. Este relatou que não trabalhava porque tinha que cuidar do filho Antônio (06 anos de idade) que foi atropelado. Disse que recebia ajuda da comunidade e de familiares e que a companheira havia falecido há alguns dias vítima da AIDS. Ainda mencionou que ele e o filho Lauro (02 anos de idade) estavam contaminados pelo vírus HIV; que Antônio tinha ataques epiléticos, porém não tomava medicação para tal. Relatou

também que sua irmã o ajudava nos afazeres domésticos e no cuidado com as crianças; que era bom, porém fraco; que era alcoolista; drogadito e desorganizado. O técnico advertiu sobre uso de drogas e álcool e pessoas que freqüentam a residência. Algumas providências foram tomadas: o Conselho Tutelar foi informado; a criança Lauro foi abrigada no Lar Recanto do Carinho e foram feitos encaminhamentos para que o genitor freqüentasse o grupo Alcoólicos Anônimos. Foi disponibilizada ajuda alimentação e creche para a criança. Cabe mencionar que Antônio ainda estava engessado porque o genitor não tinha dinheiro para o transporte até o hospital, assim o técnico acompanhou a criança até o Hospital para a retirada do gesso.

No parecer social da situação constava que: existiam situações de negligência comprovada; que as crianças perambulavam pela rua e o genitor era usuário de álcool e drogas, não tendo condições de cuidar dos mesmos. A carência sócio-econômica também foi evidenciada, bem como a dificuldade da família devido à falta recente da genitora. O caso foi encerrado no Projeto SOS Criança/Programa Sentinela e foi sugerido ao Conselho Tutelar que a família fosse acompanhada pelo Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar.

Segunda denúncia: Após um mês outra denúncia de violência física entrou no Projeto SOS Criança/Programa Sentinela, desta vez praticada contra Patrícia (12 anos de idade) e Sinara (8 anos de idade). Segundo a denúncia, o genitor surrava as duas filhas mais velhas. Surrou Patrícia com uma cinta deixando marcas; que as surras aconteciam quase que diariamente; que surrou também com uma panela quente e a adolescente estava queimada. Constava que os outros filhos tinham medo do genitor, pois este que era violento e que ficava ainda mais agressivo quando sob efeito de drogas.

Segundo relatos do educador social o genitor alegou que bateu em Patrícia porque esta saiu sem sua permissão e demorou a chegar em casa. Foram efetuadas várias orientações ao genitor quanto aos cuidados com os filhos e o uso de violência física como forma de disciplinamento. Na ocasião registrou-se Boletim de Ocorrência e, como o caso já estava em atendimento pelo Conselho Tutelar, foi repassado para este órgão de proteção e foi encerrado no âmbito do Projeto SOS Criança.

Terceira denúncia: Depois de um mês, novamente a denúncia reincidiu, nesta constava que o “genitor era negligente, alcoolista, drogado, que havia pessoas estranhas na casa e que esta era ponto de tráfico de drogas”.

Na verificação, feita por um educador social, o teor denunciado foi confirmado: alcoolismo, drogadição, negligência e extrema carência econômica. O Projeto viabilizou condução; medicamentos; um novo encaminhamento do genitor para o grupo Alcoolistas Anônimos, abrigo para a criança Lauro (02 anos de idade) – portador do HIV; ciência para o Conselho Tutelar e sugestão de encaminhamento para o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar. O parecer técnico salientava que a situação de agressão e negligência persiste, bem como uma miséria ainda pior e que no momento da visita domiciliar o genitor estava dormindo, alcoolizado, enquanto os filhos estavam na rua.

Quarta denúncia: Três dias depois chegou nova denúncia de que Antônio (06 anos de idade) e Lauro (02 anos de idade) estavam sendo negligenciados pelo genitor; que as crianças tinham o vírus HIV e estavam sem tratamento.

Segundo o relato do educador social que atendeu a denúncia, a tia – que estava cuidando das crianças - relatou que iria se responsabilizar pelo tratamento dos sobrinhos, porém as crianças ainda estavam morando com o genitor e o mesmo não estava mais levando os amigos para sua residência. O caso foi repassado para ciência do Conselho Tutelar.

Segundo relatos da técnica, após três dias Patrícia esteve na sede do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela e informou que tinha sido agredida com um chute por sua prima Gabriela (na época com 20 anos) e que a tia Sarita também havia brigado com ela e que, por esse motivo, encontra-se na rua. Verbalizou que não gostaria de voltar para casa da tia para não apanhar mais da prima e do pai. Patrícia ainda verbalizou que a prima lhe havia dado uns “tapas” (sic) e o pai “completou a surra” (sic); que o fato ocorreu face a uma desobediência sua porque afastou-se da prima quando andavam de bicicleta. Ainda, segundo os relatos, em abordagem com a tia esta confirmou a agressão, porém disse que Patrícia apresentava problemas, que agredia os irmãos. Após várias orientações a adolescente retornou ao lar.

No parecer técnico constava que a prima não foi abordada, visto que a violência física se configurava como um fato isolado sem maiores propagações e a responsabilidade sobre os sobrinhos era da tia e não da prima Gabriela. O caso foi repassado ao Conselho Tutelar.

Quinta denúncia: Após um mês da última denúncia Patrícia (12 anos de idade) esteve novamente na sede do programa e verbalizou que Francine (08 anos de idade) havia sido agredida pela prima Gabriela, batendo no rosto de sua irmã.

Segundo os relatos da assistente social que atendeu a denúncia a prima disse que não havia dado um tapa no rosto de Francine e sim que apenas deu um tapa em sua “bunda” (sic); que deu o tapa porque as duas irmãs (Francine e Patrícia) estavam brigando e que Francine não respeita ninguém. Após algumas explicações e explicações sobre violência física e suas conseqüências foi deixada solicitação de comparecimento para a tia.

O parecer social enfatizava que: o caso era polirreincidente; a família era “desestruturada” (sic) pela morte da genitora; o alcoolismo e a drogadição do genitor, os problemas de comportamento das adolescentes foram confirmados; o agravante das crianças mais novas serem soro positivos (HIV). Na ocasião houve agressão física sem lesão e conflitos familiares e que a tia não tinha condições financeiras de se responsabilizar pelas crianças.

Como a família estava em atendimento no Conselho Tutelar o projeto sugeriu o abrigamento dos filhos mais novos e a guarda dos mais velhos para familiares que viviam em outro município. O caso foi encerrado em nível de Projeto SOS Criança/Programa Sentinela.

Sexta denúncia: Em um mês o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela recebeu nova denúncia envolvendo a família. Segundo o denunciante o genitor havia abandonado os filhos que estão sob os cuidados da irmã mais velha.

Em abordagem realizada por um educador social, verificou-se que o genitor estava no hospital com o filho Lauro (02 anos) que era portador do HIV, porém que havia a possibilidade de que Antônio (06 anos) também tivesse o vírus. O genitor relatou que Antônio estava freqüentando a Fundação Catarinense de Educação Especial, visto que tinha crises de epilepsia e que o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar já tinham solicitado atendimento psicológico e pedagógico para o filho.

No parecer técnico constava que a situação emergencial havia sido suprida e o caso foi repassado para o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, que estava acompanhando a família, bem como para o Conselho Tutelar para que tivesse ciência das providências tomadas.

Sétima denúncia: Quatro meses depois a adolescente Patrícia (12 anos de idade) ligou para o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela, relatando que tinha apanhado do irmão Antônio (06 anos) e que queria sair de casa e vir para o abrigo. Assim combinou-se um local para que fosse encontrada pela equipe do projeto, porém a adolescente não foi encontrada no local combinado. O Conselho Tutelar foi informado do acontecido¹⁴.

Oitava denúncia: Após dois meses o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela recebeu a denúncia de que o genitor agredia fisicamente o filho Carlos (03 anos de idade), o deixava sem água e sem comida e que a criança estava desnutrida.

A situação foi repassada para o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, visto que a família estava em acompanhamento por este Programa.

Nona denúncia: Após um mês a criança Antônio (07 anos de idade) foi encontrada fazendo uso de “cola de sapateiro” e em péssimas condições de saúde. Antônio foi conduzido até a casa do genitor que, ao saber do acontecido, disse que não sabia que o filho estava fora de casa. Alguns familiares relataram que era preciso internar a criança, visto que o genitor não “dava conta” (sic) dele.

O Projeto SOS Criança/Programa Sentinela imediatamente abrigou a criança e o Conselho Tutelar foi informado da situação, bem como o Programa de Orientação e Apoio e Orientação Sócio-Familiar.

Décima denúncia: Dois anos depois a adolescente Patrícia (14 anos de idade) esteve na sede do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela e relatou que o genitor havia lhe batido com uma cinta. Patrícia estava com uma lesão na mão direita. Disse que o genitor tinha lhe batido porque tinha saído para ir à igreja e não havia dito aonde ia. Foi realizado Boletim de Ocorrência pelo educador social e exame de corpo delito no Instituto Médico Legal (IML). A família ficou aguardando em fila de espera para atendimento social do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela.

As informações contidas no dossiê revelam que a família foi acompanhada pelo Programa de Apoio e Orientação Sócio-Familiar durante três anos, entretanto após uma série de intervenções, encaminhamentos e acompanhamento psicossocial a família foi desligada do programa.

¹⁴ No dossiê não estava explicitado se o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar foi também informado.

Décima primeira denúncia: Após dois anos o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela recebeu nova denúncia que exprimia que a criança Antônio (11 anos de idade) era portador de deficiência e era negligenciado pelo genitor. Foi verificado que a família estava em acompanhamento no Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar, assim a situação foi repassada para este Programa.

Décima segunda denúncia: Após cinco meses a denúncia de negligência contra a criança Antônio (11 anos de idade) perpetrada pelo genitor, reincidiu. Segundo o denunciante “ as crianças ficavam em casa sozinhas e o genitor – que aparecia de 15 em 15 dias – batia nos filhos; que as crianças passavam fome; que não tomavam banho e que Antônio estava no Hospital Infantil internado com hematomas pelo corpo”.

O educador social esteve no local e abordou a irmã Francine (15 anos de idade) que relatou que o irmão sofria de crises de epilepsia e que isso ocasionava lesões por todo o corpo; que o irmão freqüentava a Fundação Catarinense de Educação Especial. Em abordagem com o médico este mencionou que não teria como identificar as causas dos hematomas, porque a criança tinha um comportamento impulsivo que poderia coloca-lo em risco. A família ficou na fila de espera para atendimento social especializado do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela.

O caso foi absorvido pelo serviço social do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela depois de quatro meses, com o seguinte parecer social: que o núcleo da família de Antônio tinha suas limitações e seus conflitos, mas conseguiam se organizar deliberando tarefas e mantendo-se unidos. A família ampla exercia papel importante na supervisão das crianças. Os hematomas de Antônio não foram decorrentes de violência física, a denúncia com base nos relatos era improcedente.

Décima terceira denúncia: Após nove meses novamente a denúncia contra Antônio (12 anos de idade), perpetrada pelo genitor, reincidiu. No atendimento à denúncia, feito por um educador social, foi recomendado atendimento social especializado à família, visto que a denúncia era reincidente e o caso era grave. A família ficou na fila de espera para atendimento da denúncia.

Décima quarta denúncia: Três meses depois o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela recebeu nova denúncia com o seguinte teor “que o genitor costumava bater nos filhos Sinara (14 anos de idade), Carlos (09 anos de

idade) e Antônio (12 anos de idade); que Sinara tinha que cuidar dos irmãos e limpar a casa; que Sinara não “se dava bem” (sic) com a madrasta e que não podia “falar nada” (sic) senão apanhava; que a adolescente tinha marcas pelo corpo”. Na ocasião Sinara se encontrava na Casa de Passagem, fugiu do lar devido às agressões sofridas. Disse que apanhou de cinta do genitor; que gostava da madrasta e que o genitor não a deixava sair de casa. Disse ainda que sua mãe havia morrido de leucemia e que não queria retornar para a casa do genitor. Não havia marcas de agressão no corpo da adolescente. A família ainda aguardava para atendimento da denúncia.

Décima quinta denúncia: Após três meses, o Serviço Social do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela assumiu o caso. A assistente social realizou visita institucional sendo informada pela diretora da escola que o genitor, Pedro Paulo, era presente; que Sinara era uma aluna “desligada” (sic) e que “não queria nada com nada” (sic). Francisco era muito “batalhador” (sic) e que nos últimos anos tinha se “convertido” (sic) e trabalhava como voluntário no grupo Alcoólicos Anônimos.

Em abordagem com o genitor este informou que o filho Antônio estava em casa se recuperando de um atropelamento e que tomava diariamente remédios para suas crises convulsivas e que Carlos, por ser soropositivo, tomava coquetel. Pedro Paulo mencionou que apenas Carlos, na família, tinha a doença e que nem ele mesmo era portador do vírus do HIV. Pedro Paulo relatou que “era outra pessoa” (sic); que fazia quatro anos que havia sido internado para recuperação do uso de álcool e drogas e que nesse período de sua internação os filhos ficaram no Lar Recanto do Carinho. Ainda revelou que iniciou sua vida espiritual, fazia cultos, novenas e auxiliava na recuperação de dependentes químicos. Segundo o genitor ele tinha uma companheira chamada Luzia; que ajudava nos afazeres domésticos e tinham uma convivência tranquila.

Sobre as filhas Pedro Paulo relatou que Francine (16 anos de idade) havia ido embora de casa e que não teve mais contato com a filha; que Patrícia (18 anos de idade) também havia saído de casa e deixado suas duas filhas sob os cuidados da família. Sobre a violência física disse que aconteceram no passado e que hoje estava diferente inclusive em seus atos. Mencionou também que a filha Sinara sempre utilizava de “chantagens” (sic); que dizia que iria denunciá-lo, porém que agora estava mais calma. Revelou que não estava trabalhando para ficar mais tempo com a família e estava recebendo o seguro desemprego.

Em abordagem com a adolescente Sinara relatou que ela e os irmãos continuavam sofrendo violência física por parte do genitor; que o genitor surrava Antônio quando este estava agitado e que batia nela quando esquecia de dar os remédios para os irmãos. Ainda revelou que cuidava dos irmãos; que a madrasta era legal, porém não a ajudava nos afazeres domésticos; que as irmãs Patrícia e Francine a orientaram a engravidar para poder sair de casa.

Segundo a assistente social foram prestadas várias orientações à adolescente quanto a seus conflitos e suas dúvidas.

No parecer social constava que a denúncia de violência física e negligência contra as crianças e a adolescente era procedente. Ainda se detectou a exploração de trabalho da Sinara, em que a adolescente tem sob sua responsabilidade os irmãos menores e a casa. Família com histórico de gravidez precoce. Sinara deseja sair de casa em função do quadro de violência vivenciada. Genitor e madrasta negligenciam Sinara, Antônio e Carlos. Foi recomendado acompanhamento especializado da Equipe de Acompanhamento do Programa Sentinela.

Cabe salientar que o relatório situacional foi finalizado em 2005 e que até esta data não havia entrado outra denúncia envolvendo a família em tela.

Quarto Dossiê

Composição Família:

Componentes	Idade em 2004
Maria (genitora), analfabeta, trabalha como doméstica.	39 anos
Marcos (padrasto), panfleteiro, cursou até a 5ª	22 anos.
Daiane	05 anos
Marcelo	08 anos
Ilana	10 anos
Alan	13 anos
Talita	15 anos

Primeira denúncia: Em 1996 entrou no Projeto SOS Criança/Programa Sentinela uma denúncia de violência física contra as crianças da família, perpetrada pela genitora - a família residia em São José e a denúncia foi repassada para o Conselho Tutelar deste município.

Segunda denúncia: No ano seguinte o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela recebeu nova denúncia com o seguinte teor: “Negligência, tráfico de drogas, uso de drogas na frente das crianças, violência física contra as crianças, e que Talita (08 anos de idade) e Alan (06 anos de idade) era vítimas preferenciais”.

Segundo relatos do atendimento à denúncia, feito pelo educador social, Maria estava bastante nervosa, havia presença de drogas no lar e o genitor estava alcoolizado. A genitora disse que as crianças estavam matriculadas, porém não freqüentavam a escola. Foi deixada solicitação de comparecimento para a família.

Em abordagem com a criança Talita, na sede do projeto, a mesma estava orientada, verbalizou: “minha mãe não bate, minha mãe não bebe” negou que o pai também tivesse essa atitude (sic). Maria afirmou que o marido era usuário de drogas. Foi orientada sobre a compra de álcool pelas crianças e ambiente de drogas em que estas freqüentavam.

Foram feitos encaminhamentos para que o genitor freqüentasse o grupo terapêutico Alcoólico Anônimos, porém o mesmo se negou a comparecer. A genitora verbalizou “tem que ir, está querendo perder nossos filhos?” (sic), demonstrando receio em perder os filhos. No momento da abordagem com o genitor o mesmo estava alcoolizado. Foram marcados atendimentos psicológicos para Talita e Marcelo (03 anos de idade), porém as crianças não compareceram.

Segundo o educador, a família demonstrou apatia diante da situação de negligência e violência física. A família mudou de endereço antes que o atendimento fosse concluído. O Conselho Tutelar foi informado da situação da família.

Terceira denúncia: Após três anos outra denúncia envolvendo a família chegou ao Projeto SOS Criança/Programa Sentinela. Segundo o denunciante Daiane (01 ano de idade) ficava sozinha em casa; pedia esmolas nas ruas e tinha feridas pelo corpo.

Na averiguação da denúncia, feita pela assistente social, foi visto que uma vizinha cuidava das crianças, que as carteiras de vacinação estavam em dia e que a genitora estava separada do genitor que era alcoolista. O teor denunciado não foi constatado. Foi deixada solicitação de comparecimento no projeto para a genitora. Em abordagem na sede do projeto a genitora negou o teor denunciado; disse que trabalhava como diarista e que uma vizinha cuidava de seus filhos; que após a separação do companheiro a situação familiar havia melhorado. A genitora foi

orientada sobre suas responsabilidades e sobre os procedimentos do projeto. No parecer técnico não foi contatado o teor denúncia. Foram feitos encaminhamentos e o Conselho Tutelar foi comunicado da situação. O caso foi encerrado no Projeto SOS Criança/ Programa Sentinela.

Quarta denúncia: Depois de seis meses a denúncia reincidiu com o seguinte teor: “a criança Daiane (01 ano de idade) estava internada no Hospital Universitário por negligência e maus tratos perpetrados pela genitora”.

Na averiguação, feita pelo educador social, foi visto que o genitor de Daiane havia falecido; que a genitora tinha cinco filhos e que a situação de carência econômica era extrema. A família estava participando do Programa Hora de Comer. O atendimento não prosseguiu, visto que o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela não estava atendendo temporariamente a comunidade em que residia a família por ser um local de risco. O Conselho Tutelar foi informado da situação.

Quinta denúncia: Dois anos e meio depois o SOS Criança/Programa Sentinela recebeu nova denúncia, na qual constava que Talita (13 anos de idade) havia sido espancada pela genitora; que os vizinhos presenciaram; que ela queria enforcar a filha com uma toalha e que o filho Alan também era agredido fisicamente. A denúncia ficou aguardando atendimento do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela.

Sexta denúncia: Após seis meses Alan (11 anos de idade) foi encontrado engraxando sapatos pela equipe de Abordagem de Rua da Prefeitura. A denúncia ficou aguardando atendimento do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela

Sétima denúncia: Depois de cinco meses o Projeto SOS Criança/Programa Sentinela recebeu nova denúncia envolvendo a família. Segundo o denunciante adolescente Talita (14 anos de idade) foi espancada pela genitora e abusada sexualmente pelo padrasto Marcos. A denúncia ficou aguardando atendimento do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela

Oitava denúncia: Quatro meses depois a denúncia reincidiu com o teor de violência sexual perpetrada pelo padrasto, violência física e negligência perpetrada pela genitora e padrasto contra Talita (14 anos) e os irmãos.

Após um mês o caso foi absorvido pelo serviço social do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela.

Na averiguação a violência sexual não foi confirmada, ouve a negativa da adolescente (vítima), porém havia indícios de possível violência sexual.

Nos atendimentos prestados pelo Projeto SOS Criança/Programa Sentinela a genitora mencionou que “não batia em Talita, apesar de ela merecer; que Talita era muito levada; que falava o que pensava e não ajudava nos afazeres domésticos”.

Sobre o companheiro disse que Marcos não fazia uso de drogas e álcool; que era um homem honesto; que sustentava a família e nunca teria feito nada contra Talita. Mostrou preocupação em Alan envolver-se com drogas; que Alan era engraxate e “foi criado nas ruas” (sic). Alegou que Marcos recebia R\$15,00 reais por dia e por isso colocava as crianças na mendicância. Disse que há seis meses foi desligada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Contradi-se por diversas vezes. Maria ainda verbalizou que as crianças vendiam balas no sinal e por isso não estavam freqüentando a escola, porém que o problema já tinha sido solucionado e que apenas Alan continuava trabalhando como engraxate.

Em contato com o PETI a assistente social soube que este programa havia recebido a informação de que a família havia mudado de município e por esse motivo haviam desligado a família do programa, solicitando novamente, a inclusão da família no programa.

Em abordagem com Talita esta relatou que não gostava de ver Marcos (22 anos de idade) com a mãe (39 anos de idade) por causa da diferença de idade entre os dois. Relatou que o padrasto não batia na mãe, porém que tinha medo que isso acontecesse. Sobre a violência sexual disse que o padrasto nunca lhe faltou com o respeito, porém revelou constrangimento em falar do assunto. Demonstrou afeto pelo irmão e mãe e irritabilidade ao falar do padrasto.

Várias solicitações de comparecimento foram deixadas para que o padrasto comparecesse no Projeto, porém este alegava sempre que estava trabalhando e por esse motivo não poderia comparecer para as abordagens, não houve sucesso nos contatos e as crianças continuavam na mendicância.

De acordo com o parecer social foi diagnosticada a ocorrência de violência física e negligência perpetrada pela genitora e pelo padrasto; a violência sexual contra Talita não foi confirmada; a genitora não demonstrava ser protetiva; confirmando a exploração dos filhos na mendicância; negava possibilidade de violência sexual para com a filha e defendia o companheiro; alegava que seu comportamento era decorrente da carência econômica. O padrasto não aderiu aos atendimentos e as visitas domiciliares foram prejudicadas devido o local ser área de risco. Foi recomendado ao Conselho Tutelar que advertisse o padrasto quanto as

suas responsabilidades para com as crianças, bem como que a família fosse encaminhada para acompanhamento do Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar.

2.3.2 Discussão de quatro dossiês pesquisados

A partir dos relatos dos Dossiês pesquisados e à luz do Modelo Interativo ou Multicausal tecemos algumas considerações sobre as famílias e os movimentos que levaram os agressores a perpetração e a reincidência da violência física intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Destacamos que o Modelo Interativo ou Multicausal parte do pressuposto de que a vitimização infanto-juvenil intrafamiliar decorre da interação entre vários fatores como os pessoais, os psicológicos, os socioeconômicos e os culturais.

Poderíamos fazer discussões sob vários aspectos encontrados nos Dossiês: sobre as intervenções que não alcançaram resultados no sentido de evitar novas reincidências (dossiês 1, 2 e 3); sobre os períodos em que as famílias permaneciam na fila de espera para atendimento social do Programa (dossiê 4), entre outros, porém o enfoque será nas violências e seus perpetradores.

Os dossiês apresentam demandas e necessidades que se evidenciaram nos seguintes aspectos: pobreza, ausência de trabalho, baixo nível de escolaridade dos agressores, entre outras problemáticas sociais, as quais estão fortemente correlacionadas.

Nos quatro dossiês estudados identificamos que a pobreza está profundamente vinculada ao contexto da prática da violência física intrafamiliar. Assim, entendemos que o status sócio-econômico influenciou a violência física intrafamiliar nestas famílias, pois muitas vezes o agressor alegou suas falhas e atitudes à precária situação econômica em que se encontrava. Estas dificuldades, enfrentadas pelas famílias, desenharam a dura e cruel realidade de seu universo e constituem, na maioria das vezes, o limite da sobrevivência.

Percebemos, em alguns dossiês, a inclusão das famílias estudadas em programas municipais e federais de forma inexpressiva. Além desta “alternativa” as

famílias contavam somente com as suas próprias estratégias de sobrevivência e, principalmente, com a rede de solidariedade familiar e comunitária.

Neste sentido, observamos a preocupação nas palavras de Yazbek (1999, p. 84), quando enfatiza que a vida das famílias menos favorecidas apresenta uma série de situações limites e imagem de:

[...] realidades marcadas pela destituição e subalternidade em que as diversidades, as particularidades, as circunstâncias enfim, nos revelam fragmentos de um lugar social. Em comum, a **experiência da pobreza, identidades construídas na carência** [grifo da autora]. Identidades que resultam de um contínuo processo de exclusão e que expressam o movimento desses sujeitos na vida social.

Conforme o exposto entendemos que o sucessivo processo de exclusão – a que se refere a autora - não é uma realidade encontrada apenas na famílias estudadas ou em alguma famílias, é sim, apenas uma “peça” de um contexto social, produto de uma sociedade capitalista e seletiva, em que poucos conseguem ascender profissionalmente e adquirir o tão almejado “lugar ao sol”. As famílias estudadas, bem como muitas famílias brasileiras, vivem e sobrevivem no seu limite, muitos não têm escolaridade e trabalho formal, e têm sua realidade fatalmente marcada pela destituição e subalternidade.

Diante do exposto, podemos citar o quarto dossiê, em que nos deparamos com a argumentação da agressora (genitora), que justificava suas falhas dizendo que tinha muitos filhos; que era carente economicamente e, por esse motivo, colocava os filhos na mendicância. Neste sentido, observamos que a mendicância é apontada como solução para o problema econômico, desta família.

Entendemos que a família em estudo provavelmente não poderia deixar de contar com a contribuição econômica do trabalho das crianças. No entanto, pelo fato de o Programa Sentinela trabalhar pautado no Estatuto da Criança e do Adolescente que dispõe no capítulo V, artigo 60 “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”, este mesmo programa não pode, de maneira alguma, consentir e compactuar com que as crianças da família mencionada continuem trabalhando e não frequentem a escola. Sabemos que a educação é um direito da criança e do adolescente, referendado no Estatuto da Criança e do Adolescente, título IV, que dispõe sobre as medidas pertinentes aos

pais ou responsáveis, artigo 129, inciso V: “obrigação de matricular o filho pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar”.

Observamos, ainda, que a família registrada no dossiê 4, estava inserida no programas de repasse federal PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e no Programa Hora de Comer. Sabemos que estes programas são importantes no contexto familiar dos beneficiados, muitas vezes desprovido de qualquer renda, todavia, mostram-se insuficientes para a garantia das necessidades básicas¹⁵ dos cidadãos. Estes programas são estratégias utilizadas para amenizar a situação emergencial em que se encontra a família, entretanto, ultrapassam a característica emergencial passando, muitas vezes, à característica assistencialista. Estas estratégias deveriam estar associadas a outras ações que possibilitassem maior oportunidade de emancipação das famílias, como por exemplo, um programa de geração de renda pautado na realidade das mesmas.

Os quatro dossiês revelam que a maioria dos agressores apresentou grau de escolaridade primário, ou seja, só haviam freqüentado até, no máximo, a quarta série primária e apenas um dos agressores tinha concluído o ensino fundamental. Dos nove agressores encontrados nas quatro famílias pesquisadas um não era alfabetizado; um tinha estudado até a terceira série primária; um até a quarta série primária; um tinha freqüentado até a 5ª série e um tinha o segundo grau completo. Cabe informar que não estava explicitado no dossiê o grau de instrução dos demais (quatro) agressores.

Os altos níveis de pobreza e exclusão são causados por uma combinação de heranças, condições e escolhas de natureza econômica, política e cultural. Entretanto não podemos supor que a pobreza e a desigualdade poderiam ser eliminadas pela simples “vontade política”, ou pela redistribuição de recursos dos ricos para os pobres. Podemos sim, apontar que o maior correlato da desigualdade de renda no país são as diferenças na educação. (SCHWARTZMAN, 2004). Neste sentido, para se atingir a igualdade de oportunidades e em consequência disto ter a

¹⁵ Quanto às necessidades básicas do indivíduo, Pereira (2002) afirma que nos últimos anos, se tem provocado discussões no sentido de interpretar o que são, ou quais são as necessidades básicas de um cidadão. Este conceito vai interferir diretamente na formulação das políticas públicas que visam à satisfação de tais necessidades. Tamaña preocupação com relação à interpretação e decodificação das necessidades humanas básicas tem seu sentido de ser, haja vista que o modelo de sociedade capitalista é regido por relações sociais de cunho excludente.

chance de ingressar no mercado de trabalho se faz necessário uma educação plena e de qualidade.

Notamos, nos dossiês das famílias pesquisadas, que estas geralmente apresentavam o desemprego e a falta de oportunidades como a causa de seus problemas sócio-econômicos, vindo estes a refletir no comportamento familiar. Ainda observamos que a grande maioria circundava entre os limites do trabalho informal e o desemprego, como se observa no dossiê 3, cujo genitor era responsável pela família, no momento das denúncias e intervenção do Projeto SOS Criança/Programa Sentinela, e estava desempregado, tendo como única fonte de renda trabalhos esporádicos, ajuda de familiares e da comunidade. Esta mesma situação apareceu no dossiê 2 em que a genitora e o padrasto se encontravam desempregados, sobrevivendo unicamente da caridade comunitária.

Por um lado o mercado de trabalho informal foi destaque nos relatos das famílias pesquisados. Os dossiês 1 e 4, tinham pelo menos um membro inserido no trabalho informal. Por outro lado, em nenhum dossiê constava a inserção dos membros no mercado formal de trabalho, ou seja, observamos que os membros das famílias estudadas encontravam-se desasseguradas de direitos trabalhistas.

Constatamos que diante de oportunidades de emprego regular, cada vez mais restritas, a sobrevivência de uma parcela crescente da população passa a depender, em maior escala, da informalidade. Assim, quando os trabalhadores mergulham na informalidade sua renda mensal passa a depender somente deles que devem criar e manter o seu próprio trabalho.

Contudo, para uma compreensão do agressor se faz necessário entender a família como um todo. Segundo Miotto (1997) a família é entendida como um fato cultural, historicamente condicionado, que não se constitui apenas como um “lugar de felicidade”. A autora ainda infere que cada família possui sua própria dinâmica relacional, esta que é construída a partir de sua história e de suas negociações cotidianas ocorridas entre seus membros e com o meio social. Assim, a família pode estabelecer momentos de felicidades e também de sofrimentos.

No que se refere a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes “muitas vezes a família, em vez de ser um refugio seguro, é o lugar que coloca em risco a segurança física e emocional de seus membros, incorporando inclusive a prática do suplicio” (SOUZA, 1996, p.52).

Deste modo podemos destacar algumas considerações de Mioto (1997) sobre família e seus aspectos. A autora infere que as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho, à revolução na área da reprodução humana, à mudança de valores e à liberalização dos hábitos e dos costumes, bem como ao fortalecimento da lógica individualista em termos societários, redundaram em mudanças radicais na organização das famílias. Dentre estas destacamos o predomínio das famílias nucleares (em que convivem pai, mãe e filhos) e o aumento das famílias monoparentais (chefiadas por mulheres) e das famílias recompostas (organização de uma “nova” família em consequência de separações e divórcios), as quais foram percebidas nos dossiês das famílias estudadas neste trabalho.

Segundo Mioto (1997, p.120), essas mudanças “acarretam uma fragilização dos vínculos familiares e uma maior vulnerabilidade da família no contexto social”. A vulnerabilidade a que a autora se refere está relacionada a uma nova composição familiar brasileira, na qual a família extensa (avós, tios, irmãos) não é muito evidenciada. Portanto, estas famílias, podem ser mais vulneráveis às situações de crises, aos fatores situacionais de estresse.

Dos quatro casos analisados, três eram de famílias nucleares, e um de família monoparental, com influência da família extensa (dossiê 3).

Vale salientar que a família estudada no dossiê 1 tem uma singularidade. No dossiê vimos que a mesma era composta por genitora, padrasto e filhos, entretanto encontramos esta característica apenas nas duas primeiras denúncias, sendo que nas posteriores, no teor denunciado bem como nos relatos, não foi mencionado o nome do padrasto. A genitora sempre se posicionava na singularidade, nunca mencionava que convivia com um companheiro ou que recebia ajuda financeira deste.

Não podemos deixar de mencionar que as famílias agem de acordo com o que lhes é oferecido, ou seja, sua capacidade de cuidado e proteção depende do contexto social no qual estão inseridos. Assim, entendemos que as famílias brasileiras de classes populares estão, cada vez mais, sendo “espremidas” pela atual política econômica, na qual os direitos mínimos não são assegurados, desencadeando situações geradoras de estresse familiar.

Como situações inerentes a famílias com vínculos fragilizados e/ou empobrecidos podemos exemplificar a situação encontrada no dossiê 1, no qual o conflito do casal era evidenciado, sendo que um “empurrava” para o outro a

culpabilização pelas agressões sofridas pelas crianças. Outro exemplo é o do segundo dossiê, no qual a criança era responsabilizada pelo comportamento violento dos agressores. A genitora dizia que o filho tinha problemas de comportamento e que não sabia lidar com tal problema, legitimando a agressão física perpetrada contra a criança. Cabe mencionar que este discurso é comumente encontrado nas famílias que praticam a violência física intrafamiliar contra as crianças e adolescentes, pautado não somente no - já conhecido - contexto da história sócio-econômica, política e cultural da sociedade, mas também na história pessoal de cada indivíduo. Com isso queremos dizer que muitos pais geralmente não sabem lidar com os problemas de seus filhos porque eles próprios foram criados dessa maneira, em que o diálogo, comumente, não estava muito presente e a violência física era entendida como método de educação.

Os dossiês das famílias pesquisadas em geral revelam vínculos familiares empobrecidos e frágeis, bem como uma baixa resistência ao estresse a que são submetidas, o que é evidenciado no terceiro dossiê. De acordo com o exposto neste dossiê nos deparamos com a situação da típica vulnerabilidade existente nessas famílias, estas que não sabem como lidar com o estresse do dia-a-dia. Entendemos que Patrícia (dossiê 3) estava passando pela fase da adolescência, fase de mudanças, questionamos, desconfianças, entretanto, não encontrava na família as respostas para seus anseios e principalmente uma figura materna em quem pudesse se apoiar. A tia, por sua vez, assumiu parcialmente a função de “mãe” das crianças mencionadas neste dossiê, contudo percebemos que a mesma não tinha condições emocionais e, muito menos, financeiras para cuidar das crianças, pois, além de apresentar uma situação desfavorável tinha outros filhos e não sabia lidar com os problemas de comportamento da adolescente.

Segundo Cerveny e Berthoud (apud Mito, 1997, p. 82) a:

[...] adolescência é um processo biopsicossocial compreendido pelas alterações experienciadas pelo jovem desde a puberdade. Marcada por processos de mudanças de papéis, exigências, interesses e relações dentro e fora da família, em que o referencial social é mais amplo, incluindo como grupo de referencia os companheiros.

Os autores ainda inferem que na adolescência ocorrem “crises de identidade” nas quais o adolescente poderá experimentar dúvida ou incapacidade em

assumir papéis ou funções impostas, podendo levar à condutas duvidosas, como por exemplo, o uso de álcool e drogas.

Entendemos que esta fase afeta a família como um todo, no sentido das mudanças que ocorrem nesta etapa, na qual são evidenciadas rivalidades entre pais e filhos, bem como entre o casal, vulnerabilizando, ainda mais, o adolescente.

Sabemos que a família é o meio social do qual emerge o adolescente, e é o local onde, em geral acontecem suas relações mais duradouras. Assim, a existência de um adolescente “problemático” numa família, evidencia também problemas neste sistema familiar. Deste modo, se um membro da família está fragilizado e apresenta problemas, certamente esta família vive ou já vivenciou situações de dificuldades, que são refletidas no comportamento de seus membros.

Diante do exposto encontramos intrínseco aos relatos dos agressores, bem como nas famílias como um todo, a ignorância dos agressores para com a característica evolutiva e a necessidades da criança e do adolescente, ou seja, o agressor não tem conhecimento suficiente para discernir que o “mau comportamento” ¹⁶ da criança, que a “revolta” do adolescente é uma forma de o mesmo demonstrar que está precisando de ajuda, que algo está errado com ele e com o sistema familiar em que vive. Em contrapartida os responsáveis, às vezes por pura ignorância, e por não saberem lidar com os problemas dos filhos, os agridem para discipliná-los, sendo que, muitas vezes os “indisciplinam” ainda mais. Contudo sabemos que a par da história de vida desses agressores, está muitas vezes uma história pessoal de abuso infanto-juvenil, bem como a história de desarmonia e ruptura familiares, isso associado também ao modelo sócio-econômico-político-cultural no qual estão inseridos.

Se reconhecermos que a violência intrafamiliar contra a população infanto-juvenil depende de um padrão abusivo de interação pai-mãe-filho(s) enquanto padrão de relacionamento interpessoal familiar, esse padrão foi construído historicamente por indivíduos, revelando marcas de histórias pessoais no contexto da história sócio-econômica, política e cultural de uma sociedade (AZEVEDO, GUERRA, 2005).

Entendemos que é impossível tentar compreender a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes sem tentar primeiramente conhecer e reconhecer a

sociedade e a cultura em que a família esta inserida. Percebemos, também que como estamos tratando de dois sujeitos, o agressor e a vítima, se faz necessário a compreensão dos padrões de interação entre ambos, os quais estão pautados na relação abusiva e dominadora de pais contra filhos.

Dos quatro dossiês pesquisados em três a genitora e o padrasto representavam os agressores, enquanto em um deles o agressor era o genitor juntamente com uma tia e uma prima. As vítimas sofriam com a influência e a falta de apoio dos familiares, pois não havia uma figura protetiva no lar, visto que todos os responsáveis eram também agressores. Segundo Araújo (2002) diante do dilema de denunciar e enfrentar as consequências da revelação do segredo familiar, muitas vezes a vítima prefere silenciar ou mesmo retratar a denúncia já feita, diante da pressão ou falta de apoio familiar, deixando os profissionais envolvidos muitas vezes desapontados e impotentes frente tal situação. Podemos citar o dossiê 1, em que após agressão física perpetrada pela genitora registrou-se Boletim de Ocorrência e as crianças foram conduzidas até o Instituto Médico Legal - IML para realização de exame de corpo delito, porém, na entrevista feita neste órgão, as crianças entraram em retratação, ou seja, retornaram ao silêncio que, provavelmente, só será “quebrado” ante uma nova denúncia. Ainda neste mesmo dossiê encontramos a negativa de um dos adolescentes, que, com marcas pelo corpo, se recusou a registrar Boletim de Ocorrência afirmando que tinha se machucado sozinho. Assim, queremos expor que dificilmente uma criança ou um adolescente que não confia na proteção dos pais denunciará a violência sofrida, pois certamente teme sofrer uma repressão ainda mais grave.

Diante de todo um macro sistema já mencionado no presente trabalho, se faz necessário enfatizar algumas “características patológicas”¹⁷, comumente encontradas nos dossiês das famílias pesquisadas. O uso de drogas e álcool, a depressão, desordens psicológicas bem como o pouco controle se configuram como essas características.

Sabemos que o abuso de drogas e o álcool, bem como os fatores sociais que abrangem o uso dessas substâncias, também é um fator predisponente à violência

¹⁶ Entendemos que a expressão “mau-comportamento” associa-se a visão retrógrada da criança má por natureza, entretanto utilizaremos tal expressão no presente trabalho para nos reportar ao tratamento comumente dispensado pelos agressores às crianças.

contra crianças e adolescentes. O uso de droga - como já mencionado no capítulo 1 - desinibe o comportamento do indivíduo, reduzindo o controle sobre os impulsos emocionais. Por essa razão frequentemente o uso de tais substâncias está relacionado a episódios de violência intrafamiliar.

No primeiro dossiê notamos que os agressores (genitora e padrasto) faziam uso de drogas e álcool. O padrasto era alcoolista e drogadito, enquanto a genitora revelava “pouco controle” da agressividade para com os filhos, bem como se evidenciava um temperamento agressivo e impulsivo do padrasto no se refere a agressividade utilizada, principalmente em relação a criança Francisco que era sua vítima preferencial. Vale informar que este também violentava fisicamente a companheira, fato relatado pela mesma. Ainda nesta família a genitora, em alguns momentos, se mostrou bastante alterada e irritada e segundo um dos pareceres sociais, a mãe necessitava de acompanhamento psicológico.

Cabe salientar que na primeira geração da genitora havia histórico de abuso sexual, ou seja, em uma de suas falas esta verbalizou que antes de ser progenitora desta família teve outros filhos, os quais foram violentados sexualmente pelo pai. A genitora ainda comentou que abandonou os filhos e os deixou com o agressor. Podemos evidenciar, mais uma vez, a baixa resistência ao estresse, sendo que a genitora abandonou seus filhos e foi em busca de uma outra realidade, ao invés de enfrentar a dura realidade que vivenciava. Não nos ficou claro que a genitora tenha tido alguma história de violência intrafamiliar quando criança, mas provavelmente isso ocorreu devido à forma como lidava com essas situações. Encontramos também estas características no terceiro e no quarto dossiês.

Percebemos que em três casos (dossiês 1,3 e 4) um dos agressores fazia uso de álcool e/ou drogas.

No terceiro dossiê o agressor (genitor) era usuário de drogas e álcool e também utilizava grande agressividade contra os filhos. Neste caso o genitor já estava bastante comprometido com o uso da droga, estava totalmente dependente desta, já não trabalhava mais e não tinha a mínima condição de continuar cuidando dos filhos. Cabe salientar que no decorrer dos atendimentos - das várias denúncias recebidas pelo Programa - o agressor deixou de fazer o uso das substâncias, porém as situações de violência intrafamiliar ainda eram evidenciadas, seguramente por

¹⁷ Expressão utilizada no modelo interativo ou multicausal (ANEXO 1) - adotado como referência neste trabalho - para se referir a um dos “facilitadores” que leva o agressor a

não serem apenas as substâncias psicotrópicas que o faziam agir de maneira violenta, mas sim, todo um contexto sócio-econômico-político-cultural no qual estava inserido.

Já no quarto dossiê esta característica se encontra mais implícita, ou seja, nas primeiras denúncias, o uso de álcool, feito pelos agressores (genitora e genitor) sempre se fazia presente, portanto nas denúncias subseqüentes o uso não foi mais mencionado. Podemos justificar esse comportamento pelo fato de que o genitor – que era o usuário referendado – veio a se separar da genitora, que passou a conviver com outro companheiro que se tornou também agressor das crianças. Podemos compreender que neste caso o álcool estava associado ao genitor, sendo que quando o casal se separou a genitora, que também fazia uso da substância, deixou – aparentemente - de usá-la.

Vale salientar que no primeiro e no terceiro dossiês os agressores – depois da insistência dos técnicos - admitiram que eram usuários de álcool, entretanto verificou-se uma certa relutância quanto a aceitação de sua condição de usuários desta droga, sendo que muitas vezes confirmavam que faziam o uso do álcool, porém não admitiam que eram dependes do mesmo. Entendemos que a negação da dependência, de certa forma, ocorre como uma maneira de minimizar a seriedade do uso destas substâncias e mascarar a dura realidade vivenciada, ou seja, o próprio usuário não se reconhece como tal e fica imerso num mundo de mentiras e aflições, que só é esquecido quando se está sob o efeito da droga. Citamos o dossiê 1 em que o agressor admitiu que fazia uso de bebidas alcoólicas, porém achava que as “bebedeiras” (sic) não influenciavam nos conflitos familiares.

Não podemos atribuir a violência física à dependência química do agressor, contudo, nos três casos mencionados, a dependência química configurou-se como um agravante para a vitimização física e como mais um obstáculo encontrado pelos profissionais no atendimento e tratamento das famílias pelos serviços de proteção, visto que em geral, o agressor não reconhece que o abuso de álcool e/ou drogas pode conduzi-lo mais facilmente ao descontrole emocional e conseqüentemente a perpetrar violência intrafamiliar contra sua esposa e filhos.

Dos quatro dossiês pesquisados notamos que os serviços de atendimento e acompanhamento familiar surgiram há algum tempo na história destas famílias. Em três das quatro famílias estudadas as denúncias no Projeto SOS Criança/Programa

cometer a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Sentinela iniciaram ainda na década de 1990, somente em um prontuário a primeira denúncia aconteceu mais recentemente, no ano de 2001.

No Dossiê 1 a primeira denúncia envolvendo a família se deu em 1992, sendo que esta permaneceu mais de 10 anos recebendo atendimento do referido Programa, porém entre “idas e vindas”. Deste modo, podemos afirmar que as crianças e adolescentes violentados contavam com que alguém fizesse o papel de denunciante e que por algum tempo, no transcurso do atendimento da denúncia, pudessem estar protegidos. O agressor, por sua vez, se sentia “seguro”, pois possivelmente não considerava seu comportamento violento, além de acreditar que não seria nunca punido, já que as denúncias e os atendimentos se multiplicavam e nada era resolvido o que, certamente, necessita de um estudo aprofundado.

Ainda sobre o estudo do agressor físico reincidente deve-se levar em conta outras características como: o tipo de instrumentos utilizados pelos agressores para a perpetração da violência física; ocorrência de lesões nas vítimas; singularidades dos agressores e os motivos alegados pelos agressores para cometer a violência física, como mostra o quadro a seguir:

	<i>Dossiê 1</i>	<i>Dossiê 2</i>	<i>Dossiê 3</i>	<i>Dossiê 4</i>
Instrumentos utilizados pelos agressores	Fio de luz; tábua.	Cinta; fio de luz; mangueira; chinelo e “pau”.	Cinta; panela.	Toalha.
Ocorrência de lesões nas vítimas (Conhecidas pelo Programa Sentinela)	Duas vezes	Uma vez	Duas vezes	Não foi mencionado no dossiê.
Singularidades dos agressores	Conflito do casal. Padrasto: usuário de drogas; colocava-se na defensiva. Genitora: alterada, negligente, se recusava a comparecer nos atendimentos.	Genitor: praticava a agressão física apenas contra seus enteados. Genitora: ansiosa, impulsiva; dificuldade em absorver a demanda da família; negligente; colocava-se na defensiva.	Genitor: usuário de drogas; sem condições para cuidar dos filhos.	Apatia do casal. Genitor: usuário de drogas ¹⁸ . Genitora: contraditória; defendia o companheiro; Padrasto: não aderiu aos atendimentos.
Motivos alegados pelos agressores	Padrasto: Alegava sua atitude violenta ao “mau-comportamento” das criança. Genitora: não confirmou a agressão.	Genitora e padrasto: não sabiam lidar com o “mau-comportamento” da criança. Genitora: excesso de filhos falta de tempo; carência econômica.	Genitor: filha saiu sem permissão Tia e prima: adolescente problemática. Prima: irmãs brigavam entre si; não respeitavam ninguém.	Genitora e padrasto não confirmaram agressão. Genitora: disse que não batia apesar da filha merecer, que a mesma era levada e não ajudava nos afazeres domésticos; alegava seu comportamento a carência econômica.

Quadro 4: Instrumentos utilizados pelos agressores; ocorrência de lesões nas vítimas; singularidades dos agressores; motivos alegados pelos agressores.

¹⁸ O genitor (agressor) só foi mencionado na primeira denúncia, sendo que nas seguintes verificou-se que a genitora havia se separado do mesmo.

Nos quatro prontuários pesquisados encontramos nove agressores, sendo que nos dossiês 1, 2 e 4 aparecem as violências praticadas pela genitora e pelo padrasto. O dossiê 3 revela a violência perpetrada pelo genitor e posteriormente pela tia e pela prima.

De acordo com o quadro 4 podemos dizer que os instrumentos utilizados pelos agressores são os considerados contundentes¹⁹, pois estes são facilmente alcançáveis em qualquer tipo de ambiente, ou seja, são objetos que estão dentro ou nos arredores da casa, local em que geralmente acontecem as agressões físicas.

Entendemos que a relação entre os instrumentos utilizados e as singularidades dos agressores pode ser evidenciada, visto que nos dossiês 1 e 2 encontramos algumas características nas agressoras que podem facilitar o uso de certos instrumentos. Nestes dossiês vimos que as agressoras apresentavam-se alteradas, ansiosas e impulsivas, fazendo com que utilizassem alguns instrumentos para perpetrar a violência física. No dossiê 1 a agressora foi caracterizada como “alterada” e utilizou fio de luz e tábua para agredir o filho. Por estes não serem objetos que estão, geralmente, dentro de casa, entendemos que a agressora já sabia qual objeto utilizar, ou seja, premeditava a agressão e usualmente utilizava os mesmos objetos para perpetração desta. Já no dossiê 2 vimos que a agressora utilizava cinta, chinelo, entre outros instrumentos para perpetrar a violência, possivelmente por ter como característica o descontrole e a impulsividade, ou seja, utilizava o instrumento que estava, mais facilmente, ao seu alcance para perpetrar a agressão física.

Nos dossiês 3 e 4 encontramos a utilização de instrumentos, não tão usuais, para perpetração da violência física. Entendemos que este fato se dá devido ao quadro no qual se encontrava a família, ou seja, vimos que no dossiê 3 o agressor estava totalmente comprometido com o uso de drogas, possivelmente este tinha uma noção distorcida de seus atos, pois sabemos que estas substâncias reduzem o controle sobre as atitudes emocionais, fato este que, absolutamente, não legitima a sua agressão. Já no dossiê 4 o uso de drogas foi mencionado, porém não teve tanta

¹⁹ Aqueles que agem por pressão ou choque sobre o plano. Exemplo: a) Naturais: punho, mão, pé, região frontal, etc. b) Eventuais: tijolo, martelo, pedra, pedaço de pau, etc. c) Usuais: guarda-chuva, bolsa, bengala, etc. Herbster. L. G. M. (2004). Disponível em <http://cacbufc.org.br/artigos/verartigo.asp?id=296>. Acesso em 18 de maio de 2006.

visibilidade. Entretanto, a dificuldade encontrada no estudo desse dossiê deve-se as poucas falas do padrasto (agressor), pois o mesmo se recusou a comparecer aos atendimentos. A genitora (agressora), por sua vez, revelou ser contraditória e muitas vezes defendia o companheiro. Notamos, assim, que a mãe não era protetiva, bem como acreditava no companheiro e não na criança. Mais uma vez fica explícita a revitimização da criança, no que diz respeito a proteção materna e aos vínculos de confiança. Segundo a denúncia, a genitora havia utilizado uma toalha como objeto punitivo. Entendemos que esta atitude se dá em razão do já comentado descontrole por parte dos agressores, os quais utilizam como instrumento o primeiro objeto com que se deparam no seu momento de raiva.

A ocorrência de lesões não foi tão significativa, visto as inúmeras reincidências encontradas. Acreditamos que isto se dá pelo fato de as denúncias não serem sempre atendidas imediatamente, fazendo com que as marcas desapareçam e também porque, alguns agressores - até porque são polirreincidentes - já têm o conhecimento de que a lesão é tida como instrumento que imputa um Boletim de Ocorrência, ou seja, uma medida mais incisiva que pode lhe acarretar problemas com a polícia e com a justiça. Deste modo, algumas vezes, utilizam instrumentos que não deixam marcas.

Quanto aos motivos alegados pelos agressores para punir de forma violenta a criança ou o adolescente, podemos perceber que foram invocados pelos adultos argumentos que referendavam sua ação disciplinadora. Segundo Guerra (2001, p. 145):

[...]eles colocam a criança na postura de alguém que está praticando uma ação que se configura como errada aos seus olhos e, portanto, passível de correção para que não seja mais repetida. A violência envolve, portanto, um caráter essencialmente disciplinador”.

Deste modo podemos nos reportar ao primeiro capítulo deste trabalho, no qual as autoras Azevedo e Guerra (1998) apresentam indicadores importantes a serem notados na conduta de pais ou responsáveis que praticam a violência física. Notamos nos dossiês das famílias estudadas que, geralmente, os agressores não demonstram uma preocupação com a criança e culpam os filhos pelas agressões que sofrem e por problemas existentes no lar, bem como vêem a criança como má, preguiçosa, fato este visivelmente expressido pelo dossiê 4, conforme mostra o quadro 4. Observamos ainda que estes agressores, comumente, defendem a punição corporal como ideal no processo de educação.

Ainda nos reportando ao primeiro capítulo, Segundo Cordeiro (apud Steiner, 1986) podemos identificar cinco tipos de agressores físicos intrafamiliares. O *agressor intermitente*; o *agressor esporádico*; o *agressor permanente*; o *agressor ignorante* e por último o *agressor em triângulo*. Observamos, nos quatro dossiês pesquisados, que os agressores, muitas vezes, tinham características de mais de um tipo de agressor. Podemos explicitar tal entendimento através do dossiê 4, no qual encontramos a agressora que além de apresentar a característica da ignorância em relação a forma de educação dos filhos, também defendia cegamente o companheiro, não protegendo as crianças de sua agressão, revelando, assim, ser uma *agressora em triângulo*, em que a criança era agredida e hostilizada por ambos os pais.

Nos dossiês 1, 2 e 3 encontramos o *agressor ignorante*. Estes, muitas vezes, alegavam a violência física como forma de educação e praticada pelo “mau-comportamento” dos filhos. No dossiê 2 encontramos uma particularidade do padrasto (agressor), pois observamos que o agressor não usava da agressão física para com os filhos, e sim com os enteados, não podendo ser identificado como agressor ignorante, pois não tinha a violência como forma de educação, e sim, possivelmente usava de violência física apenas com os enteados por não gostar dos mesmos, por ser indiferente ao seu sofrimento. O *agressor esporádico* e o *agressor intermitente* não foram muito evidenciados, visto que as denúncias encontradas nos dossiês eram polirreincidentes. Porém encontramos, no dossiê 3, essas características, visto que a tia e a prima eram cuidadoras e não tinham o costume de agredir as crianças e demonstravam arrependimento pelo ato cometido, porém, as vezes se descontrolavam.

Cabe informar que nos quatro casos pesquisados existiam quatro figuras de pai ou padrasto e três figuras da mãe como agressores. Deste modo, percebemos que enquanto duas agressoras negaram a prática da violência apenas um agressor a negou. De acordo com Guerra (2001) o homem pode estar se apegando aos resquícios do poder no seio familiar, este que lhe foi destituído nas suas relações externas. Por outro lado, a repressão infantil pela força física pode significar ao homem a extravagância de sua revolta contra o mundo que o oprime, ou seja, na medida que se sente impotente diante a sociedade, usando a violência se torna poderoso aos olhos da família, na tentativa de recuperar o prestígio perdido.

Ao negar o ato agressor, talvez o homem o faça por receio de ser incriminado, possivelmente por já ter sofrido este problema ou por lhe ser atribuída

à responsabilidade econômica do lar, ou seja, a perspectiva de uma punição lhe afastaria da sua função de subsistência do lar.

A negativa da mulher a violência física podemos atribuir ao já comentado mito do amor materno. A mulher agressora seria encarada como a “mãe má”, podendo sua conduta ser vista como indicativa de que não estava cumprindo com o seu papel de mãe e protetora dos filhos. Notamos que ao negar o ato violento as mulheres atribuem, comumente, os ferimentos a acidentes domésticos, bem como dizem que a denúncia é infundada. Além do julgamento moral de seus atos a mulher poderia estar negando a violência pelo temor de uma penalização, já que percebe que seu ato é criminoso.

Ainda podemos dizer que ao confirmar a violência a genitora atribui seus atos ao nervosismo, ao “calor da hora”, ao descontrole emocional, ao grande número de filhos, à falta de tempo.

Segundo Guerra (2001) a negativa da violência intrafamiliar pode também estar associada à perspectiva de se desvelar o forte mito da família como um grupo capaz de assegurar a proteção da vida da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procuramos nos aproximar do conhecimento sobre o agressor físico reincidente intrafamiliar. Contudo, é preciso evidenciar que este estudo não apresenta conclusões definitivas alusivas à temática abordada. Pretendemos apenas sinalizar alguns aspectos que nos levassem a uma compreensão sobre o agressor físico, incursionando no seu *modus vivendis* familiar, através da pesquisa documental nos dossiês do Programa Sentinela de Florianópolis.

Através dos estudos bibliográficos realizados para elaboração deste trabalho, observamos que, no Brasil, não há estudos aprofundados sobre o agressor físico, configurando-se este fato como uma das dificuldades encontradas por nós na realização deste trabalho.

Ao realizar a pesquisa documental, em específico o estudo dos dossiês, também nos deparamos com algumas limitações, visto que não encontramos muitos relatos sobre os agressores, provavelmente devido ao fato de estes se recusarem a comparecer aos atendimentos e, por conseqüência, as abordagens feitas com os abusadores físicos não serem tão freqüentes quanto as realizadas com as vítimas.

Deste modo, entendemos que este trabalho é apenas um ponto de partida para o estudo sobre o agressor físico reincidente. Acreditamos que o observado neste trabalho pode servir de contraponto para reflexões futuras, mais amplas, densas e críticas.

Diante da pesquisa documental apresentada no segundo capítulo deste trabalho observamos que o atendimento institucional não consegue, muitas vezes, esclarecer a violência a tempo de proteger a criança e paralisar a ação do agressor. Fazendo com que a mesma denúncia de violência reincida por diversas vezes.

Observamos que os agressores são refratários ao acompanhamento pelo Programa Sentinela, e continuavam a residir no mesmo espaço onde a criança e o adolescente viviam, e os vitimizavam, mesmo depois do atendimento da denúncia.

Percebemos que as polirreincidências eram constantes e que tal fato se configura como um alerta, para a percepção de que algo está equivocado e que alguma coisa precisa ser feita para a mudança deste quadro, como por exemplo, maiores investimentos pelos serviços de proteção junto à vítima, agressor e sua família.

Entendemos que não é possível falar de violência física sem mencionar também a violência psicológica, pois toda a forma de violência física pressupõe humilhações, ameaças, chacotas, desvalias, exposição, etc. Além do mais os agressores físicos agregam outras violências, às suas ações, assim, se faz necessário um atendimento no qual se procure estar atento ao conjunto das demais violências intrafamiliares.

Apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente já contar com 16 anos, e o tema da violência intrafamiliar já ter adentrado no meio acadêmico, ainda existem poucos subsídios teóricos a respeito da figura do agressor. Os técnicos que trabalham com esta demanda, possivelmente pela prioridade em proteger as crianças, relegam em segundo plano o conhecimento do agressor. Vale salientar que muitas vezes, os próprios órgãos e Programas que trabalham com esta temática não dão subsídios para que os profissionais exerçam com qualidade suas atribuições.

Deste modo, compreendemos que para se ter um atendimento amplo e eficiente ao agressor físico faz-se necessária a qualificação dos profissionais que trabalham nesta área, a fim de melhorar os serviços oferecidos.

Entendemos que os técnicos precisam estudar a história familiar, dentre ela a do agressor, olhar mais atentamente para seu *modus vivendi* e seu *modus operandi*, com o objetivo de melhor compreendê-lo, auxiliá-lo a modificar seu padrão abusivo, a democratizar as relações familiares e as de gênero, além de desencadear um conjunto de ações que visam proteger a vítima, bem como proporcionar uma relação sem violência entre agressor e vítima. Compreendemos, ainda, que os técnicos precisam compreender o agressor de forma multifacetada, ou seja, como “fruto” de um contexto psico-sócio-econômico-político-cultural.

O presente estudo nos permitiu ver que um foco maior sobre o agressor e os intervenientes da violência física podem subsidiar interessantes planos de prevenção primária (projeto de vida, planejamento familiar, conhecimento das etapas evolutivas da criança, prevenção ao uso de álcool e drogas, etc) e prevenção terciária (conviver com o estresse, dialogar com os filhos, resolver conflitos, apoio psiquiátrico, grupos de agressores, etc) (AZEVEDO; GUERRA, 1998).

Entendemos que para uma compreensão ampla sobre o fenômeno e particularmente sobre o agressor físico é fundamental o intercâmbio e amparo das três esferas governamentais, o apoio da sociedade civil e a intervenção multidisciplinar capacitada e adequada.

Deste modo precisa haver uma compreensão da sociedade civil, bem como dos órgãos públicos para que sejam fomentadas políticas públicas que visem não somente o atendimento emergencial às crianças e aos adolescentes vítimas e aos agressores, mas, principalmente, uma prevenção e um acompanhamento efetivo e de qualidade, pois só assim pode-se mudar este quadro de reincidências e contemplar a prioridade absoluta à infância e à adolescência, com a efetivação dos seus direitos à liberdade, dignidade, respeito, integridade física e convívio familiar saudável, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vale ainda salientar que todos os membros das famílias envolvidas têm direito a um acompanhamento para que os pais abusivos, bem como toda a família tenham assegurado o direito a um convívio familiar saudável. Assim, os órgãos de proteção precisam proteger a criança, tratar e responsabilizar o adulto. Para tal atendimento, os serviços de proteção às crianças e adolescentes vítimas precisam ter o respaldo dos órgãos públicos, no sentido de capacitá-los, instrumentalizá-los e fortalece-los para o atendimento desta demanda.

Portanto, acreditamos que as informações levantadas ao longo deste trabalho são relevantes no sentido de atuar como subsídios para futuros estudos, mais complexos e completos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

ARAÚJO, M. de F. **Violência e Abuso Sexual na Família.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 2, p. 03 - 11, julho / dezembro 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi.br>. Acesso em 15/10/2005.

ARIES, P. **História Social da Criança e da Família.** Trad. Dora Flaksman, 2º edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

AZEVEDO, M.A., **A ponta do iceberg** – 2005. Disponível em <http://www.usp.br/ip/laboratorios/lacri/iceberg.htm> acesso em; 28 agosto 2005.

AZEVEDO, M. A. GUERRA, V. N. Z. **Crianças vitimizadas:** a síndrome de pequeno poder. São Paulo: Ed. Iglu, 1989.

AZEVEDO, M. A. GUERRA, V. N. Z. (Orgs.) **Infância e violência doméstica** fronteiras do conhecimento. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **A violência doméstica na infância e adolescência.** São Paulo: Robe Editorial, 1995.

_____. **Com licença, vamos a luta.** Guia de Bolso / Telelacri, São Paulo: Iglu, 1998.

_____. **Infância e violência fatal em família.** São Paulo: Iglu, 1998.

_____. **Mania de bater:** A punição corporal doméstica de crianças e adolescentes, São Paulo, Iglu, 2001.

BARRETO, S.R.; SILVEIRA, S.; Programa S.O.S Criança; **Prevenindo e Combatendo a Violência contra a Criança e o Adolescente uma parceria do Programa S.O.S Criança a Comunidade,** Florianópolis, 1995.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência Intrafamiliar** orientações para a prática em serviço. Série Cadernos de Atenção Básica, n. 08. Brasília Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Estatuto da criança e do Adolescente – Lei 8069/90. Brasília: Ministério da Ação Social, 1990.

BUCHER, R. Drogas e drogadição no Brasil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças. Disponível em www.unicef.org.br, Acesso em; 20 out. 2005.

DESLANDES, S.F. Atenção à criança e o adolescente vítima de violência doméstica análise de um serviço. Rio de Janeiro: Fio Cruz/Claves, 1994.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1992.

FILHO, L.M.F. Alguns dados sobre violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes. Disponível em http://www.abrapia.org.br/homepage/dados_sobre_violencia/dados_sobre_violencia_domestica.html acesso em; 28 agosto 2005.

Kraychete, G., Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia, 2000, disponível em <http://www.caritasbrasileira.org> acesso em; 21 de mar. 2006.

GAIARSA, J.A. A família de que se Fala e a Família de que se Sofre: o livro negro da família, do amor e do sexo. 5ª edição. São Paulo: Agora, 1986.

GUERRA, V. N. A., Violência de pais contra filhos procuram-se vítimas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.

Violência de pais contra filhos a tragédia revisitada. São Paulo; Cortez, 1998.

HUTZ, C. S., Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência aspectos teóricos e estratégias de intervenção, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

JOHNSON, V.E. Guia prático para o tratamento do alcoolismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

MCBRIDE M. Disponível em <http://www.angelizdsplace.com/child1.htm>. Acesso em; 20 de out. 2005

MENDEZ, E.G. História da Criança como História de seu Controle. In: MENDEZ, E.G.; COSTA, A.C.G. da (Orgs). **Das Necessidades aos Direitos.** Série Direitos da Criança, n. 04. São Paulo: Malheiros Editores, 1994. p. 11 – 32.

MEURER M. **Violência doméstica decorrente do uso do álcool nos casos atendidos no Programa SOS Criança de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MIOTO, R. C. T. Cuidados Sociais Dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 4. O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais. Brasília UNB/Centro de Educação Aberta Continuada a Distância, 2000.

_____. Família e serviço social. Contribuições para um debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 12, 1997, p. 114-130.

MINAYO , M. C. S. (org.). Apresentação. In: **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, nº5,1999. n. 13, p. 119-134,

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.,. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**, 1998, p. 35-42.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, 1999, p. 7-32.

_____. A violência social sob a perspectiva de saúde pública. In: **Cadernos de Saúde Pública**, nº 10, 1994, p. 7-18.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, L. F.; PIMENTA, M.C.A. . **Migrantes da pobreza. Políticas públicas e inserção precária em Florianópolis – SC**. In: V Encontro Nacional da Anpege, Gestão do Território e do Ambiente no Brasil: Desafios à formação e à pesquisa em geografia no ensino superior, Florianópolis, 2003, p.1-20.

REIS, J.R.T.; Família, Emoção e Ideologia. In: LANE, Silvia e CODO, W. (Orgs.) **Psicologia Social o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p.99-124.

REIS, J. G. A.; BARROS, R. P. Desigualdade salarial e distribuição de educação a evolução das diferenças regionais no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico** 20, no. December, 1990.

REIS, E. P. e SCHWARTZMAN, S.: **Pobreza e Exclusão Social**: Aspectos Sócio Políticos. Versão preliminar. World Bank, 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência em debate: violência doméstica ou a lógica do galinheiro.** 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SOUZA, Marli Palma. **A Publicização da violência de pais contra filhos: um estudo das implicações da denúncia.** Projeto de Programa de Pós-graduação em Serviço Social/doutorado, PUC, São Paulo, 1996.

VELHO, G.; ALVITO, M. (Org.) **Cidadania e violência.** Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

VERONESE, J.R.P., **Entre violentados e violentadores?** São Paulo: Cidade Nova, 1998.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ANEXOS 1

